



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo
aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA**

ITAITUBA – PA

2020

DIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo
aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao Curso de
Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do
título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora:
Prof^a Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Ma.

ITAITUBA – PA

2020

OLIVEIRA, Diana de Almeida.

LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA/ DIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA - Itaituba: CLPP da FAI, 2020.

82 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2020.

Orientadora: Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Me.

1. Educação Não formal. 2. Pedagogia Social. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2020.

DIANA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo
aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profª Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____ Nota: _____
Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Ma.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Profª Margaret Ferreira Aguiar, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Profª Elines dos Santos Batista, Ma.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 14 de março de 2019.

A minha mãe, Deuzinete de Almeida Oliveira, pelo incentivo, apoio, perseverança e dedicação para me proporcionar a oportunidade de cursar nível superior; a minha filha, Nicolly Oliveira de Sousa, minha inspiração; a minha avó, Isabel Ferreira de Almeida Oliveira; ao meu amado e saudoso pai/avô, José da Silva Oliveira (in memorian) que tanto lutou para me proporcionar estudos; ao meu namorado, Valdemar Lopes de Sousa Neto; aos meus irmãos Marcelo de Almeida Oliveira e Osana Brito; aos meus tios, Antonio de Almeida Oliveira e José Carlos de Almeida Oliveira, pelo apoio e incentivo; as minhas amigas, Andressa da Silva Sousa, Alanne Silva e Silva, Adriana da Silva Sousa, Elizabete Neres, Pamela Tamlis, Liancarlas Silva, Nalyane Leite, Joyce Santos e Lucineide de Sousa, por toda ajuda e apoio necessário na conclusão deste curso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço incondicionalmente ao meu senhor, meu **Deus**, por me permitir a oportunidade, de ter sabedoria, esperança, perseverança e muita força nos momentos necessários, e por ser meu fortalecimento espiritual e material em toda minha caminhada, a minha virgem, **Maria** Santíssima, por interceder pelas minhas orações e clamores durante este período de caminhada acadêmica.

A minha família, em especial a minha mãe, **Deuzinete de Alemida Oliveira**, minha filha, **Nicolly Oliveira de Sousa**, minha avó, **Isabel Ferreira de Almeida Oliveira**, meu pai/avô amado e saudoso (*in memorian*), **José da Silva Oliveira**; meu namorado, **Valdemar Lopes de Sousa Neto**; ao meu irmão, **Marcelo de Almeida Oliveira** e **Osana Brito**; Aos meus tios, **Antonio de Almeida Oliveira** e **José Carlos de Almeida Oliveira**, a minha amiga, **Andressa da Silva Sousa** pelo apoio necessário nessa caminhada.

Aos colegas da turma de Pedagogia, por terem contribuído para que eu pudesse concluir esta etapa e especialmente ao apoio e ajuda que prestaram a mim durante os momentos de dificuldades, de doenças e perdas. Em especial, as minhas amigas, **Alanne Silva e Silva**, **Adriana da Silva Sousa**, **Elizabete Neres**, **Pamela Tamlis**, **Liancarlas Silva**, **Nalyane Leite**, **Joyce Santos**, **Lucineide de Sousa** e **Talita Moraes**, pois sempre estiveram ao meu lado nesses quatro anos, auxiliando em todos os trabalhos, projetos e estágios que realizamos e principalmente no apoio pessoal.

Aos professores da Faculdade de Itaituba, que contribuíram com a minha formação acadêmica, profissional e pessoal, pelos conhecimentos e ensinamentos, pelo empenho e a dedicação para com todos os acadêmicos do curso de pedagogia.

A minha querida e admirável Professora e orientadora, Mestra **Elina Renilde de Oliveira Ribeiro**, pelas orientações necessárias neste trabalho, sendo uma pessoa admirável tanto quanto, profissional, educadora e especialmente como pessoa.

A todos os profissionais que contribuíram para a realização deste trabalho, essencialmente na pesquisa de campo, especialmente, às pedagogas atuantes nos Centros de Referencias – CRAS I e II do município de Itaituba.

Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania estes mesmos cidadãos, porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa (BARRETO, 1994 apud SILVA, 2014, p. 69).

RESUMO

A presente monografia discorre sobre a temática relacionada aos limites e possibilidades da Pedagogia Social, partindo de um estudo aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA. Esse tema referente às possibilidades de atuação do pedagogo em ambiente não escolar é um estudo na qual abordo sobre o espaço de atuação do profissional de Pedagogia na área da assistência social, pois, sabe-se que os desafios ainda são grandes para o pedagogo atuante em locais fora do ambiente escolar, ou seja, a educação não formal. Portanto, esse estudo tem como objetivo compreender o papel desempenhado pelo pedagogo no espaço social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Itaituba-PA, identificando desafios e possibilidades da Pedagogia Social no âmbito desse órgão público. Desse modo, o percurso metodológico desse trabalho efetuou-se por meio de uma pesquisa de caráter bibliográfico com embasamento teórico em autores, como: Aquino e Saraiva (2011), Arantes (2008), Brasil (1988, 1993), Caliman (2010), Gohn (2006), Orzechowski (2009), dentre outros. Este estudo ainda baseou-se na pesquisa de campo com abordagem qualitativa, para análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa de campo que ocorreu através de um questionário com perguntas discursivas, que desenvolveu-se entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, direcionadas às pedagogas atuantes no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I e II, no município de Itaituba-PA. Os resultados demonstraram a importância deste profissional nos espaços socioeducativos, que vem a somar de maneira positiva no processo de formação cidadã dos indivíduos e auxílio das famílias em situações de vulnerabilidade. Estes profissionais enfrentam diversos desafios ao executarem suas atividades, que estão voltados principalmente para a questão das situações de vulnerabilidade do público atendido.

Palavras-Chaves: Educação Não formal. Pedagogia social. Atuação do pedagogo. Assistência Social.

ABSTRACT

This monograph discusses the theme related to the limits and possibilities of Social Pedagogy, based on a study applied to the reality of SEMDAS, municipality of Itaituba-PA. This theme regarding the possibilities of the pedagogue's performance in a non-school environment is a study in which it seeks to identify the space of performance of this professional in the area of social assistance, as it is known that the challenges are still great for the educator working in places outside school environment, that is, non-formal education. Therefore, this study aims to understand the role played by the pedagogue in the social space of the Municipal Secretariat for Development and Social Assistance of Itaituba-PA, identifying challenges and possibilities of Social Education within the scope of this public agency. Thus, the methodological path of this work was carried out through a bibliographical research with theoretical basis in authors, such as: Aquino and Saraiva (2011), Arantes (2008), Brazil (1988, 1993), Caliman (2010), Gohn (2006), Orzechowski (2009), among others. This study was also based on field research with a qualitative approach, for analysis and interpretation of data collected during the field research that occurred through a questionnaire with discursive questions, which was developed between the months of January and February 2020, directed to educators working at the Social Assistance Reference Center - CRAS I and II, in the municipality of Itaituba-PA. The results demonstrated the importance of this professional in the socio-educational spaces, which adds up in a positive way in the process of citizens' formation of individuals and help of families in situations of vulnerability. These professionals face several challenges when carrying out their activities, which are mainly focused on the issue of situations of vulnerability of the public served.

Keywords: Non-formal education. Social pedagogy. Performance of the pedagogue. Social assistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfis das entrevistadas..	Erro! Indicador não definido.
Quadro 2. Escolha da profissão de Pedagogia..	Erro! Indicador não definido. 2
Quadro 3. Existe preparação do curso de pedagogia para a atuação na SEMDAS?.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 4. Quais as principais atribuições do pedagogo social?	Erro! Indicador não definido. 4
Quadro 5. Quais as condições de trabalho, remuneração e os recursos materiais disponibilizados ao pedagogo social na SEMDAS?.	Erro! Indicador não definido.
Quadro 6. Quais os desafios encontrados na atuação do pedagogo social na SEMDAS?..	Erro! Indicador não definido.
Quadro 7. Quais as melhorias necessárias para a atuação do pedagogo social?....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 8. Enquanto pedagogo social, a prática profissional aproxima da prática ideal?.....	69

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conferência Nacional de Educação
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DF	Distrito Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FASIPÉ	Fundação da Ação Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOBRH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
ONG'S	Organizações não Governamentais
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCSU	Programa Nacional Centro Social Urbano
PSB	Proteção Social Básica
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SEMDAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMTEPS	Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A PEDAGOGIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL ..	13
1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.2 A PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES	18
1.3 PEDAGOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E FRONTEIRAS HISTÓRICAS	23
2 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	34
2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO	34
2.2 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	42
2.3 DESAFIOS DO PEDAGOGO NO CAMPO DO TRABALHO SOCIAL	49
3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: UM ESTUDO APLICADO À REALIDADE DA SEMDAS, MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA	566
3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	566
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA SEMDAS	588
3.3 VIVÊNCIAS DOS PEDAGOGOS	61
3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	700
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICES.....	80

INTRODUÇÃO

Esta monografia consiste em um estudo sobre os limites e possibilidades da pedagogia social na área da assistência social, na qual pretende-se identificar a atuação do profissional de pedagogia nos espaços sociais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDAS, em Itaituba-PA, assim como reconhecer os desafios da Pedagogia Social no cotidiano dessa Secretaria.

Ainda percebe-se que os pedagogos enfrentam muitos desafios ao adentrarem aos espaços sociais, porém, vale ressaltar que a formação em Pedagogia, dispõe legalmente do direito ao pedagogo atuar em outros espaços fora da escola, como por exemplo, a gestão de pessoas e as relações interpessoais na empresa e outros espaços sociais, e ainda como educador social no âmbito das Ongs ou nas secretarias de assistência social atuando com a criança e jovem em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo compreender o papel desempenhado pelo pedagogo no espaço social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Itaituba-PA, identificando desafios e possibilidades da Pedagogia Social no âmbito desse órgão público. Desse modo, essa pesquisa está fundamentada no processo de atuação do pedagogo nos espaços sociais, buscando compreender principalmente o campo de atuação do pedagogo além dos muros escolares, dando destaque para a assistência social.

Para aprofundamento da temática, elegeu-se três questões que direcionaram a construção deste trabalho: O pedagogo sente-se capacitado para atuar no campo da Pedagogia Social? Quais os desafios que se apresentam ao profissional da pedagogia que atua na área da assistência social? Que atividades são desenvolvidas pelo pedagogo no espaço da Secretaria de Assistência Social?

Em termos metodológicos, foi desempenhado uma pesquisa de caráter bibliográfico com embasamento teórico em autores como Aquino e Saraiva (2011), Arantes (2008), Brasil (1988, 1993), Caliman (2010), Gohn (2006), Orzechowski (2009), dentre outros. Ainda se efetuou uma pesquisa de campo com cunho qualitativo em busca de respostas a respeito da temática, em que foram entrevistadas 04 (quatro) pedagogas que atuam na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMDAS), em Itaituba-Pará.

A estrutura organizacional deste trabalho de conclusão de curso está constituída de três capítulos. O primeiro faz-se uma abordagem sobre a pedagogia social na perspectiva da educação não formal, conceituando e destacando também de modo geral, a pedagogia social e o seu processo histórico.

O segundo capítulo realiza uma abordagem teórica sobre atuação do pedagogo na área da assistência social, dando ênfase ao processo evolutivo da assistência social, dos desafios e das atividades desenvolvidas pelo pedagogo nos espaços não escolares.

Portanto, o terceiro e último capítulo traz os procedimentos metodológicos, a caracterização dos locais pesquisados (SEMDAS e CRAS), assim como a análise dos dados das entrevistas com as pedagogas atuantes em ambientes não escolares e, para concluir a proposta de intervenção.

1 A PEDAGOGIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

1.1 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação não é tida somente como um processo de ensino e aprendizagem que forma indivíduos, mas como um processo que busca instruir ou educar os indivíduos, sendo que a educação acontece de acordo com a realidade apresentada pelo cidadão. Desta forma observa-se diferentes maneiras de educar e principalmente os distintos tipos de educação.

[...] a educação como um fenômeno social-histórico-cultural, entende-se que ela pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento e com qualquer pessoa, podendo ser transmitida de pai para filho, ou de anciãos a aprendizes, de professores a alunos, de alunos a alunos, independente do sexo, raça ou idade (BUENO; PEREIRA, 2013, p. 351).

A partir dessa compreensão nota-se que o processo educacional não se delimita apenas à educação escolar ensinada de professor para aluno em um espaço denominado escola, mas uma educação abrangedora que acontece a todo o momento e em qualquer lugar, basta ter um expositor de conhecimento e um receptor. Além do mais, a educação varia de acordo com cada cultura sendo que, é a cultura do país que determina o meio mais eficaz de praticar a educação, pois a história revela que nos povos primitivos a educação era repassada em grupos, pelas pessoas mais velhas das tribos que eram consideradas as pessoas sábias daquele lugar.

Segundo Brandão (2004) *apud* Gomes, Silva e Silva (2011, p. 01) a educação “abrange todos os processos de formação do indivíduo”. Essa educação abrangente mostra que pode acontecer nos diversos ambientes sociais, caracterizado como educação aberta, nesse sentido, o processo educacional vai além do projeto ensino e aprendizagem que ocorre dentro do ambiente escolar, mas também aquela educação que sobrevém fora dos muros da escola.

Como por exemplo, a educação familiar, a educação ensinada na igreja, nos movimentos sociais, na rua, em uma conversa informal ou nas ong's que vem se destacando cada vez mais como um espaço que disponibiliza a educação não formal para as crianças, jovens, adolescentes e até pessoas adultas, mostrando que ninguém foge da educação. Às vezes não consegue ter acesso à educação

praticada na escola, mas de algum modo o indivíduo tem acesso a algum tipo de educação seja ela formal, informal ou não-formal, de maneira que venha ensinar ou aprender e em determinados casos porque não ensinar e aprender tudo ao mesmo tempo, pois, todo ser humano tem algo para ensinar e em contrapartida aprender.

Tendo em mente os aspectos acima discutidos compreende-se que, o processo educacional a cada dia vem evoluindo e as metodologias de ensino avançando, surgindo assim as novas concepções de educação consideradas propostas alternativas de educação que também visa educar ou instruir o indivíduo para o meio social, propostas estas que diferem da educação tradicional devido as suas metodologias e por não estar atrelada ao espaço físico da escola que disponibiliza ao seu alunado um ensino rigoroso e sistemático. Os diferentes tipos de educação são: Educação Formal, Educação Informal e a Educação Não Formal.

Para entender a educação formal é importante salientar o seu conceito, que segundo Gohn (2006) esta modalidade de ensino desenvolve-se diretamente dentro das escolas, ou seja, as instituições de ensino que são regularizadas pelo Ministério da Educação, de acordo com a lei que rege o sistema educacional, as mesmas são certificadas e seguem as diretrizes nacionais de educação, com enfoque na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Tem como agente educador os professores que são considerados os profissionais que tem por finalidade transmitir ou repassar conhecimento aos alunos através dos conteúdos programáticos em um sistema educacional normatizado com base em regras estipuladas pelo sistema educacional de cada instituição de ensino.

Na educação formal, entre outros objetivos destacam-se os relativos ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção, motricidade etc (GOHN, 2006, p. 29).

A partir do exposto sabe-se que, a educação formal está voltada para as necessidades pedagógicas e metodológicas e que vem suprir as dificuldades do aprendiz. Além do mais, os conteúdos deste modelo de ensino estão ligados ao desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo com o intuito de formar cidadãos capacitados para vivenciar em sociedade de maneira ativa, aplicando as suas habilidades sejam elas quais forem. Outro ponto a ser destacado é o de que a

educação formal busca formar cidadãos profissionais com certificados e diplomas capacitando-o para seguir carreira ou alcançar níveis mais elevados.

A Educação Informal é vista como a educação que acontece fora das escolas mais especificamente é aquela que se aprende no período de formação social do indivíduo, na rua, entre os amigos, na família, no bairro, em uma social ou em um jogo, pois, são considerados alguns locais para desenvolver-se a educação informal. Como afirma Garé (2014, p. 55), “a educação informal se dá de uma maneira difusa, pois pode surgir das necessidades diárias em contextos especiais”.

No processo de educação informal, os educadores não precisam ser pessoas formadas (licenciados ou bacharelados), mas sim, qualquer indivíduo como os familiares, os amigos, um padre, um colega de classe, um vizinho, um livro e atualmente com os avanços tecnológicos os meios de comunicação como os jornais, a televisão, celular e etc., que auxiliam o ser humano no processo de construção dos conhecimentos que, ao contrário do ensino formal não tem por objetivo formar um cidadão com certificado ou diploma para atuar na sociedade. Para o autor Biesdorf (2011, p. 07), “A família é a principal instituição responsável pela educação informal, através da qual são ensinados os costumes humanos como falar, andar, comer, religião, cultura”.

Outro aspecto importante a ser salientado, segundo Gonh (2006) é que na modalidade de educação informal, o propósito a ser alcançado varia de acordo com os fatores sociais e culturais, sendo que a educação informal não tem como propósito principal a educação, mas a construção e o desenvolvimento das habilidades do ser humano, as relações pessoais e interpessoais, a expressão comportamental, o modo de agir perante a sociedade em determinadas situações, como o linguajar, por exemplo, são situações adquiridas ou ensinadas durante o processo da educação informal, que tem muito a ver com a cultura local.

Segundo Arantes (2008, p. 36), “[...] a educação formal, a educação não-formal se realizaria de forma metódica, enquanto a informal seria assistemática”. Levando a entender que as duas primeiras modalidades de ensino citadas acontecem de forma organizada ou padronizada com recursos e métodos previamente organizados objetivando o desenvolvimento da aprendizagem do seu público. Enquanto a educação informal não prioriza os recursos metodológicos, ou seja, não necessariamente segue um padrão específico, como uma programação, uma estrutura, uma organização, um sistema educacional.

Entretanto, a educação informal também tem sua validade para a formação individual do ser humano, devido ser um ensino que acontece durante a vida inteira, pois é uma educação não intencional, que acontece de maneira espontânea.

A educação não formal compreende o conceito uma educação que sucede fora do ambiente escolar, que não traz consigo uma certificação que classifica o aluno em um determinado grau de ensino, mesmo que haja diversas certificações, como de Honra ao Mérito, Serviços Prestados, etc. Esse tipo de ensino teve início no Brasil a partir da década de 90, através das mudanças nos setores econômicos, social e no mercado de trabalho. Conforme, descreve Paula (2009, p. 6134):

O crescimento do Terceiro Setor surgiu como alternativa entre o Estado e as populações e como espaços de novas vivências sociais e políticas. Muitos projetos de Educação Não Formal foram estruturados em parcerias com o Estado buscando construir propostas curriculares alternativas para as crianças e adolescentes excluídos das escolas formais através de currículos etnocêntricos e pouco voltados para a diversidade cultural, étnica, econômica e social das populações desprivilegiadas.

Considerando esses aspectos, o que favoreceu o desenvolvimento da educação não formal perante a sociedade foi justamente as dificuldades encontradas por crianças e adolescentes em estudar, pois, nem sempre as escolas tradicionais conseguiam amparar todos os alunos tanto na questão de horário, flexibilidade e distância.

Sendo que na década de 90, conforme o autor, a maior parte das famílias tinha baixa renda, e trabalhava na lavoura ou era formada por camponeses, e seus filhos não tinham condições ou a oportunidade de frequentar as escolas. Em algumas situações mais graves, os pais deixavam de levar os filhos para a escola para poderem trabalhar na roça, sendo que também a maioria desses pais não tinha sido alfabetizado, sendo assim, os mesmos acreditavam que não poderiam auxiliar no processo de alfabetização dos filhos por falta de leitura.

Desse modo, o projeto de educação não formal vem justamente para ajudar essas crianças que não frequentavam a escola formal e também para aquelas que não tinham o apoio da escola ou da família, surgindo a necessidade de projetos que viessem auxiliar essas crianças a desenvolverem um ensino de qualidade suprimindo suas necessidades e atendendo-os com igualdade.

À vista disso, a educação não formal vai muito além dos muros escolares, ao contrário do que se ver na educação formal. Nesta modalidade de ensino, o “outro”

que é considerado o transmissor dos conhecimentos tem que conhecer o seu aluno, ou seja, buscar conhecer o seu íntimo, suas qualidades, dificuldades e habilidades para que venha desenvolver um trabalho completo com estas crianças.

Esses espaços buscam, através da filantropia, chegar àquelas pessoas que estão à margem de qualquer processo educativo, a não ser o da família, mas muitas vezes nem a esse tem acesso, sendo completamente negligenciado a um direito que a lei é subjetivo (BARROS; SANTOS, 2010, p. 04).

Desse modo, compreende-se que os autores fazem uma análise a respeito do espaço físico onde é desenvolvido o modo de ensino formal e não-formal. É evidente que a primeira modalidade citada é aplicada exclusivamente dentro das instituições escolares. Já para o segundo modelo de ensino, o importante não é o local, mas o ser humano que está sendo trabalhado, pois, é mais compreensível trabalhar com alunos presentes e que cumprem as regras das escolas do que com alunos que tem dificuldades de acessar à escola e que não se enquadram com esquema das instituições de ensino.

Além do mais o “outro”, que é considerado o transmissor de conhecimento, vai além do esperado, o próprio busca alcançar os alunos mais difíceis, que geralmente são os que mais precisam de apoio. Devido questões familiares ou financeiras não tem acesso à educação, que como garante a lei, é um direito humano, que nem sempre é concebido aos cidadãos.

Gohn (2006) explica que, a educação não formal apresenta suas características próprias, sendo que uma das principais é que nessa educação, o indivíduo aprende através do compartilhamento de experiências e o agente educador é o “outro”, no qual o ser humano convive diariamente.

Uma vertente interessante do campo da educação não formal é o grande leque de atuação na qual o pedagogo pode estar sendo contemplado. Assim sendo, conforme Aquino e Saraiva (2011, p. 252), “a educação não formal pode ser compreendida como uma atividade intencional, mas com baixa estruturação e sistematização, que implica relações pedagógicas sem formalidade”.

Deve-se ter em mente que o importante não são as metodologias utilizadas, e nem os conteúdos previamente estabelecidos como ocorre na educação formal, mas o processo de construção que leva até o desenvolvimento da educação não formal.

Dentre as diversas características da educação formal e não formal observa-se que ambas almejam a formação integral do indivíduo para a convivência no meio social.

Segundo Barros e Santos (2010), na educação não-formal, o pedagogo amplia as possibilidades de ensino ao oferecer outros espaços para aprendizagem, tendo assim maior flexibilidade com relação a tempo, espaços e métodos.

Por fim, pode-se definir a educação não-formal como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (LA BELLE, 1982 *apud* CARMO; FARIA, 2017, p. 02). À vista disso, a educação não formal remete à construção da identidade do ser humano, através de ações sociais e cidadãs que refletem no comportamento do indivíduo que está sendo atendido por este profissional e das demais pessoas que assistem a essas ações ou projetos com diferenciadas temáticas.

É preciso também a sociedade compreender que a educação varia muito de acordo com sua cultura e do espaço social que está inserida, por isso que o espaço de atuação do pedagogo também irá variar de acordo com essas necessidades.

1.2 A PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

A Pedagogia é compreendida como uma ciência que tem como ferramenta de estudo a educação, e o objetivo principal são os conhecimentos acerca dos elementos práticos e teóricos das ações educativas, levando em consideração os fatores essenciais como o educador, o educando e os próprios conhecimentos para a análise das práxis educativas e pedagógicas. Torquato *et al* (2015, p. 21180) descreve a Pedagogia como “o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como fundamentos básicos da configuração da atividade humana”.

Entretanto, o campo de abrangência da Pedagogia é significativo, pois se observa os múltiplos campos de atuação do pedagogo, que pode ser contemplado como professor, gestor, coordenador, supervisor, orientador e também atuar em ambientes não escolares como em hospitais, empresas, áreas de assistência social, ou seja, na educação formal e não formal, na qual também apresenta algum tipo de aprendizagem.

Diversos são campos de trabalhos do pedagogo, sendo que este profissional não fica restrito somente ao ambiente escolar, mas abrangendo outros espaços. Conforme Libâneo (2010, p.16), “A educação está presente em contextos e espaços sociais para além da escola, em que a presença do pedagogo e seus conhecimentos teóricos e práticos tornam-se imprescindíveis”. Dessa maneira, o campo de atuação do pedagogo se amplia de forma significativa, deixando de lado o sistema pragmático onde o licenciado em pedagogia só atua na sala de aula.

De fato, inicialmente, a pedagogia estava totalmente vinculada aos espaços escolares, sendo observado que a formação do pedagogo se destinava à função da docência. Orzechowski e Gama Barbosa (2011, p.7605) apontam que infelizmente, ainda se tem a ideia da “formação do pedagogo [...] atrelada exclusivamente à docência. E mais, uma docência fundamentada na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental”. De fato, a sociedade ver o licenciado em pedagogia trabalhando exclusivamente dentro dos espaços escolares criando um preconceito ao ver este profissional atuar em outros locais, que não seja a sala de aula.

A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. Quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não está se supondo que ele deva ter domínio dos conteúdos métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo docente, [...] entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula (LIBÂNEO, 2000 *apud* DECHANDT; MARTINIAK, 2013, p. 04).

Nesta obra, o autor faz um relato a respeito da pedagogia escolar que está voltada para a ação do pedagogo dentro do ambiente escolar, visando à importância deste profissional em uma instituição de ensino.

Deve-se levar em consideração as funções desenvolvidas por este indivíduo no seu local de trabalho, pois, enquanto profissional da educação está habilitado a desenvolver várias funções, que vem auxiliar o docente no processo de transmissão de conhecimento, e na relação mútua entre professor e aluno. Além do que, o pedagogo escolar contribui para a melhoria no processo educativo dos alunos através da complementação entre teoria e prática que devem ser trabalhados em conjunto entre o professor e o pedagogo escolar.

A realidade deste profissional vem se elevando, e no decorrer dos anos o pedagogo começou a desenvolver múltiplas funções dentro do espaço escolar,

como o orientador, supervisor administrador, inspetor, entre outros cargos, que precisam da formação em pedagogia e de uma especialização.

Do outro lado, surge a Pedagogia em ambientes não escolares que descreve justamente a função desempenhada pelo licenciado em pedagogia fora dos muros escolares, pois, o campo da pedagogia é muito amplo, e pode ser trabalhado em diversas modalidades, que não seja especificamente dentro da sala de aula, ampliado assim as dimensões de trabalho desse profissional.

Este apontamento pragmático parece atender uma demanda que surge, nesta transição secular e se constrói socialmente exigindo o trabalho pedagógico em outros espaços: hospitais, penitenciárias, museus, educandários, Ong's, empresas de educação corporativa e não-corporativa, etc (ORZECOWSKI; GAMA BARBOSA, 2011, p.7605).

Quando se relata a respeito dessa outra vertente da pedagogia observa-se que há outras atribuições do pedagogo voltadas para ações sociais, assim como as da área gestão como na pedagogia empresarial e hospitalar que são áreas da pedagogia não escolares em que a presença do pedagogo é de fundamental importância. Assim explicam Crema *et al* (2002), que o papel do pedagogo é de extrema relevância no espaço não-escolar, sendo capacitado para desempenhar uma função de mediador e articulador da aprendizagem em uma organização.

O pedagogo assim formado deverá ser capaz de trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo (ORZECOWSKI, 2008, p.01).

O autor descreve em sua fala que a partir do momento que o indivíduo inicia o curso de pedagogia, o mesmo está se preparando para trabalhar em ambientes escolares e não escolares que venha requerer os conhecimentos pedagógicos. A diferença para se atuar em cada área será por meio das especializações feitas pelo pedagogo para se aperfeiçoar no mercado de trabalho que se pretende.

A atuação do pedagogo em ambientes não escolares vem quebrar o paradigma imposto de que o pedagogo só deve trabalhar em sala de aula, mas no decorrer dos anos, não se observa a importância do profissional da pedagogia e a importância do próprio em empresas, hospitais, ong's, penitenciárias, e etc. Entretanto, este profissional tanto no ambiente escolar e não escolar tem por finalidade trabalhar com os recursos humanos.

De fato, dentro do ambiente escolar o pedagogo desempenha as funções de orientar, mediar os espaços educativos com a finalidade de instruir, mediar, capacitar, e por fim, criar métodos que favoreça positivamente o crescimento das pessoas nas organizações, e principalmente, o desenvolvimento das relações interpessoais e pessoais entre funcionários.

Nos últimos anos, o curso de Pedagogia teve grandes avanços em relação ao seu próprio sistema educacional e sua grade curricular. A comprovação do leque opcional no campo de atuação do pedagogo está expressa no Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que vem justamente através de uma lei determinar que a pedagogia possa ser desenvolvida tanto nos ambientes escolares e não-escolares.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 1996).

Considerando todos os aspectos já expostos, compreende-se que o curso de pedagogia se ampliou, assim como o campo de trabalho do profissional da pedagogia. Portanto, todo ambiente que apresente conhecimentos pedagógicos sejam eles ambiente formal ou informal necessita do pedagogo, criando assim um leque diferenciado para a formação deste profissional, que deve estar constantemente em capacitação, porque as vivências e atualização da realidade social exigem uma formação mais complexa, que atenda às necessidades contextuais da sociedade contemporânea.

O Curso de Pedagogia destina-se, na sua atual formulação legal, à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Complementarmente, também ao desenvolvimento de competências para o ensino nos cursos de nível médio, na modalidade normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; às atividades de organização e gestão educacionais; e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional (SCHEIBE, 2007, p. 44).

A partir dessa compreensão, a autora detalha as diversas atividades exercidas pelo pedagogo, que vai além da docência, o que incluía gestão educacional, a pedagogia empresarial, hospitalar. Também a função de técnico

educacional, supervisor, coordenador, entre outras. Constatase então, a diversificação do currículo do curso de pedagogia que abrange todas as áreas educacionais e habilita este profissional a trabalhar em outras afins.

No entanto, a educação não restringe apenas à educação escolar, mas também atua na formação profissional do aluno levando em consideração à vida e a realidade vivenciada por eles. À vista disso, a Pedagogia exige do profissional, planejamento e avaliação, para que possibilite oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes.

Para tanto, a formação dos profissionais atuantes na educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental devem seguir a orientação da LDB nº 9.394/1996, quanto à comprovação da diplomação.

Como já bastante enfatizado, na era contemporânea, o profissional da pedagogia não é mais visto apenas como um profissional que desempenha suas atividades exclusivamente dentro do ambiente escolar, seu campo de atuação ganha destaque e tem sido valorizado em diversos ambientes que apresenta um trabalho educacional.

Entretanto, os cursos de pedagogia ainda enfrentam dificuldades em relação a esses novos âmbitos de trabalho, pois, em alguns casos de faculdades ou outras instituições de ensino superior, o acadêmico do curso de pedagogia desconhece os campos de atuação não escolares, privando-o de exercer a profissão em espaço não escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as próprias legislações da área educacional garante os direitos desse profissional. De acordo com Resolução CNE/CP nº1/2006 ressalta que:

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2006).

A própria Resolução garante ao professor pedagogo explorar novos horizontes permitidos pela área de Pedagogia, intensificando a edificação de uma nova identidade para o curso, pois os graduados em pedagogia estão aptos à

docência, e também além dos muros escolares, contemplando situações relacionadas às questões de gestão escolar, por exemplo, ou em centros de caráter cultural, empresas direcionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

A Resolução do CNE/CP nº 1/2006, no art. 4º deixa claro as atribuições do Licenciado em Pedagogia, destacando a participação do mesmo em ambientes escolares e não escolares. Ao mencionar ambientes não escolares entende-se todo trabalho praticado por este profissional em ambientes como, as ong's, centros comunitários, igrejas, assistências aos desamparados ou atingidos, como aconteceu na Segunda Guerra Mundial ao surgir a Pedagogia Social.

As Diretrizes curriculares para a formação de professores estabelecem as principais funções deste profissional, podem ser vistas como uma maneira de amparar este profissional ao apreender novas atribuições, como exposto a seguir:

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;
- II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;
- III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006).

Diante desse contexto, analisa-se as novas atividades que podem ser desempenhadas pelos pedagogos nos espaços escolares e não escolar. Para que, o mesmo não venha sofrer consequências na hora de atuar em novos locais, as Diretrizes curriculares como citada acima respalda em lei essas novas atribuições.

Dentro desse contexto, o pedagogo passa a ter múltiplas funções no seu espaço de trabalho, podendo atuar em múltiplos campos educativos. Por fim, nesse novo contexto, observa-se que novas oportunidades surgem e que irá contribuir de forma positiva, pois, as metodologias e as práticas pedagógicas são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer setor.

1.3 PEDAGOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E FRONTEIRAS HISTÓRICAS

A pedagogia social reflete a respeito do trabalho do pedagogo dentro do ambiente não escolar, que nos últimos anos vem ganhando grande destaque no

mercado de trabalho, onde a mesma abrange outra vertente da pedagogia que não se via com grande destaque no cotidiano.

Para Sousa e Silva (2017), a pedagogia social é vista como uma área de conhecimento que surgiu na Alemanha no século XIX, durante a primeira guerra mundial, como uma maneira de minimizar os problemas que surgiram através da guerra, os avanços tecnológicos e a demanda crescente no setor industrial que tornou os métodos de fabricação mais eficientes. Toda essa situação passou a exigir a substituição da mão-de-obra humana pelas máquinas, gerando assim no meio social uma taxa elevada de desempregos, dando espaço para o surgimento de questões sociais.

Desse modo, houve então a necessidade de uma política social que conseguisse amparar essas pessoas, pois devido à taxa de desempregos, o aumento da pobreza se tornou inevitável.

A Pedagogia Social surgiu da necessidade de cuidado social em ações de intervenção e prevenção, advindas principalmente, do final da primeira guerra com os “desvalidos”, na Europa. Um contexto avesso às necessidades dos órfãos, doentes, dependentes químicos, infância, idosos e situações de risco. Tais fatos corroboraram para que a Pedagogia Social se firmasse como ciência e disciplina (GOMES, 2009, p. 06).

Cabe ressaltar outra questão com grande destaque para o aparecimento dessa pedagogia, como exemplo, os resultados negativos das guerras mundiais, que devido aos grandes massacres que ocorreram no percurso das guerras, muitos soldados foram afetados de forma violenta, perdendo as vidas ou sendo mutilados, passando a necessitar por parte do Estado de uma atenção especial, na questão mental, emocional e principalmente relacionado aos direitos sociais que, na maioria das vezes tinham seus direitos negados.

Nesse sentido, a pedagogia visa atender as pessoas que de certo modo eram excluídos da sociedade, mas que precisam sobreviver ao dilema da exclusão. Para isto, essa pedagogia surge com projetos em ong's que objetivava amparar de alguma forma essa parte da sociedade excluída, através de ações socioeducativas, para assim impedir o aumento significativo dos problemas sociais como a marginalidade, a violência e a fome.

Nesse cenário surge a Pedagogia social na Europa,

[...], como ciência prática, orientada por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros; sustentada pelos princípios de uma sociedade democrática, dispondo sua orientação para a ação socioeducativa na perspectiva de integração social (MOURA; ZUCHETTI, 2006, p.234).

Compreende-se, pois, a pedagogia como uma ciência baseada na prática e não na observação e análise. Uma pedagogia voltada para a realidade do indivíduo, para as dimensões sociais através de práticas pedagógicas, ou seja, uma ciência que observa, descreve, opina e por fim, orienta, seja de forma individual ou em grupo, prevalecendo o apoio de forma positiva as pessoas ou comunidades afetadas pelos problemas sociais.

Para entender melhor entender essa ciência é importante salientar que a mesma busca em meio aos seus métodos sociopedagógicos auxiliar os seres humanos de forma a alcançar modos de vidas melhores, sem deixar de cumprir os direitos sociais que na maioria das vezes são negados.

Nesse contexto, um dos papéis principais da pedagogia social é fazer com que esses grupos de pessoas afetadas pelos problemas sociais sejam conscientizados da importância dos seus direitos e deveres constituídos em lei perante a sociedade. Desde modo, busca-se a inclusão social na qual objetiva-se uma sociedade mais democrática, igualitária, humanista, solidária e mais justa onde todos possam usufruir dos direitos sociais. Busca atuar prioritariamente, nos grupos considerados minorias, que sofrem diariamente com a opressão social.

Uma dimensão privilegiada da Pedagogia Social é aquela dos espaços de transformação da Educação não intencional, ou não declaradamente intencional, em Educação intencional; de espaços deseducativos ou potencialmente educativos em espaços declaradamente educativos, através de intervenções direta no ambiente. Exemplo disso é a abertura das escolas como espaços de cultura, Educação e tempo livre nos fins de semana (CALIMAN, 2009, p. 59).

A pedagogia social se enquadra dentro dos conceitos da educação não formal, ou seja, aquela educação que acontece além dos muros escolares. Sendo que o profissional da pedagogia atuante no campo social geralmente trabalha em locais que são considerados ambientes não escolares, mais que apresenta necessidade dos conhecimentos pedagógicos.

Este profissional atende um público diferente do que se costuma ver nas escolas, mas também tem algumas características peculiares, dependendo da ocasião e situação. Observa-se a pedagogia presente em ambientes diversificados,

ou seja, varia muito por localidade ou região, pois essa pedagogia se aplica nas dificuldades da sociedade.

No decorrer dos últimos anos é notório a presença do pedagogo em grupos de apoio, que visa prestar ajuda às famílias que enfrentam problemas com a violência doméstica, questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, ou abandono familiar que são considerados fatores constantes no meio social. Outra área de atuação deste profissional é com grupos de adolescentes, principalmente que vivem em áreas periféricas, que devido à falta de oportunidade de estudos e emprego ou pelo cenário favorável à violência e a criminalização, acabam entrando para o mundo do crime.

Para evitar ou pelo menos diminuir esse descaso social algumas ong's não governamentais criam projetos nessas áreas como escolinhas de futebol, escolinhas que ofertam alguns tipos de jogos, esportes, como karatê, boxe, capoeira, e até dança, aulas de reforço, projetos ambientais, ou seja, ações que são desenvolvidas no contraturno (para os que estudam), ou seja, apresentam uma grade de opções que envolvem as crianças, jovens e adolescentes, a família e a comunidade de modo geral.

Além do mais, é de fundamental importância que os projetos sociais desenvolvidos pelas ong's trabalhem em parceria com a escola formal, para assim alcançarem resultados positivos. Para participarem dos projetos sociais ofertados pelas ong's os participantes devem estar devidamente matriculados nas escolas, frequentando as aulas diariamente e principalmente ter bom rendimento escolar (SANTOS; MENEZES, 2017).

A pedagogia social se confunde muito com a educação social, no entanto, é preciso pontuar algumas características que os diferencia. Apesar de ambas serem um campo da educação voltada para a minoria da sociedade, geralmente identificadas como sinônimas, ou seja, as ações educativas aplicadas aos grupos de pessoas que necessitam deste profissional são muito parecidas e apesar de trabalharem com a mesma área disciplinar usufruindo da teoria e a prática educacional. “A Educação Social constitui-se em uma dimensão prática onde acontece a aplicação das técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social” (CALIMAN, 2010, p. 351).

Martins (2013, p. 07) descreve que, “enquanto a pedagogia social (PS) se enquadra no âmbito do conhecimento, a educação social fá-lo no âmbito

pragmático”. O autor busca diagnosticar a diferença entre o campo da Educação Social e a Pedagogia Social, pois a educação social está no desenvolvimento da ação, enquanto a pedagogia social está voltada para a aplicação de vários conhecimentos na prática do cotidiano, ou seja, trabalha-se muito com a prática mas sempre se relacionando com a diversidade temática.

Com efeito, a educação social está relacionada para a teoria em fazer com que o cidadão seja uma pessoa consciente de seus direitos e deveres.

Para assim explicar a educação social encontra-se algumas dificuldades, mas compreende como um lugar de trabalho voltado para os conhecimentos pragmáticos, onde busca auxiliar o ser humano na construção do procedimento de convivência social, como exemplo, os valores éticos e morais, ou seja, esse tipo de educação está ligada aos objetivos práticos e realistas da sociedade e seu campo de atuação refere-se a intervenção, objetivando contribuir com o desenvolvimento social, e radicalizando como fatores relacionados principalmente com a marginalização ou a violência que são fatores que atinge grande parte da sociedade.

A educação social pode ser definida como a teoria de como as condições psicológicas, sociais e materiais e as diferentes orientações de valores promovem ou dificultam o desenvolvimento e o crescimento, a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo e do grupo (AIEJI, s/d *apud* RICARDO 2013, p. 35).

Nessa abordagem compreende-se que parte das famílias ou grupos de pessoas atendidas por projetos de intervenção local aprendem a conviver em sociedade de forma mais igualitária, alcançando uma integração social consciente e diminuindo a exclusão social. Constantemente surgem situações no cotidiano que remete à questão da exclusão social, ou seja, situações que podem ser caracterizada como o distanciamento de pessoas ou grupos do convívio social, por simplesmente apresentarem uma posição desfavorável daquilo que a sociedade exige.

Normalmente essa questão atinge de forma negativa a vida de muitas pessoas, que devido a esta situação acabam se excluindo do meio social, se privando de vivenciar a vida social podendo causar problemas psicológicos em qualquer pessoa que estejam enfrentando este problema de exclusão.

Segundo Machado (2012, p. 67), “A Educação Social pressupõe participação. É na trama da participação que a Educação Social se estabelece como socialização,

inserção ou coesão”. Nesse sentido compreende-se que o processo desenvolvido pelo educador social desencadeia na formação de fazer com que o indivíduo se torne um ser capaz de assumir autonomia, realizando suas próprias escolhas perante a sociedade de maneira consciente.

Processo esse que pode ser prolongado ou não, depende muito do estágio emocional e psicológico da pessoa. O procedimento de socialização, inserção ou coesão defendida pelo autor está relacionado com a questão de fazer com que as pessoas assistidas pelos projetos sociais sejam incluídas no meio social de modo favorável, ou seja, essa relação entre os três procedimentos está unicamente voltada para a adaptação, integração, de um indivíduo a um grupo social do jeito que venha favorecer ambas as partes.

A educação social compreende a educação de adultos, popular, comunitária, cidadã, ambiental, rural, educação em saúde e se preocupa, particularmente, com a família, a juventude, a criança e ao adolescente, a animação sociocultural, o tempo livre, a formação na empresa, a ação social (GADOTTI, 2012, p. 11).

Dentre esses postulados, é compreendido o quadro de abrangência da educação social que por sinal não pode ser considerada como uma educação voltada somente para o campo da educação não formal. A própria compreende a educação escolar, não escolar e a informal que trabalhada juntas com a educação social alcançam grandes êxitos na formação do indivíduo.

Como exemplo, se vê no processo de formação da educação de jovens e adultos, que diante a sociedade os alunos deste modulo de ensino são vistos como pessoas inferiores ou excluídas, que não se enquadram no meio social, devido o fator de serem pessoas que não puderam estudar no tempo certo. Nesse aspecto, projetos sociais voltados para este público auxiliam no processo de alfabetização, desenvolvimento da autoestima que praticamente grande parcela dos alunos da EJA não apresenta autoestima elevada, devido às circunstâncias do dia a dia e também podem influenciar os alunos a investirem mais na educação como a realização de cursos técnicos ou até mesmo cursos de nível superior.

[...] Educação Social como área socioeducativa que incorpora práticas, profissão, formação e profissionalização do educador e do pedagogo social e que se fundamenta na Pedagogia Social como campo teórico, de pesquisa e disciplina (MACHADO, 2012, p. 66).

De fato, a educação social e a pedagogia social estão interligadas constantemente, pois, uma depende da outra para sobreviver. Como a educação social trabalha em busca da inclusão do indivíduo no ambiente social através de medidas ou projetos de ações assistidos por indivíduos ou grupos de qualquer idade por meios da prática e da práxis, baseando-se no campo da teoria explorado pela pedagogia social.

Portanto, a educação social tende atuar em todas as dimensões da educação, contribuindo de maneira positiva seja nos centros comunitários, nas periferias, nas penitenciárias, nas creches comunitárias, ong's, ou dentro das escolas institucionalizadas. No caso da educação escolar, auxiliando o sistema a lidar com os alunos para assim diminuir a evasão escolar, e por fim, o sistema educacional proporcionar uma educação melhor, com metodologias e conteúdos produtivos e bem elaborados.

A história da pedagogia social é muito complexa, que remete desde os séculos XIX até os dias atuais, nos quais muitos filósofos e educadores já o conceituaram. A princípio, a Pedagogia Social apresenta conceitos diversificados que variavam de acordo com os pensamentos dos filósofos e educadores.

A Pedagogia Social consta de maneira incipiente nas questões sociais assumidas por filósofos e educadores, de Platão a Pestalozzi, ou seja, desde o mundo clássico até a metade do século XIX. Ainda que a perspectiva assumida tenha sido humanitária, filosófica ou política, esses pensadores podem ser considerados precursores da Pedagogia Social (MACHADO, 2008 p. 02).

De acordo com o pensamento do autor, a pedagogia social teve como referencial os estudos dos Filósofos Platão, Aristóteles e do Pedagogista e educador Pestalozzi, devido a estes fatores, são considerados os pioneiros da pedagogia social. Baseado nos estudos e teorias destes pioneiros direcionados para educação surge um conceito para a Pedagogia Social, que nos anos posteriores foi aprimorada pelo estudioso Paul Nartop, com grande influência para o surgimento deste campo da Pedagogia.

Percebe-se, então a influência da filosofia no campo da formação da Pedagogia Social, justamente por isso se ver que inicialmente a definição do conceito deste ramo pedagógico interligava-se com o campo filosófico. Apesar de a pedagogia social ter traços da filosofia ressalta que desde o princípio esteve

preocupada em sanar os problemas sociais através da educação. Passos (2016, p. 05) explica que, “a Pedagogia Social apoia-se na possibilidade verdadeira de influenciar os aspectos sociais por meio da educação”.

Nos dias atuais não há diferença, pois, o pedagogo social continua a aplicar esse tipo pedagogia em locais que necessitam ou que apresentam problemas sociais. Exemplo disso é a presença cada vez mais frequente do profissional da pedagogia em penitenciárias, em ong's, e nos últimos anos, a pedagogia social vem ganhando destaque.

Coerente com o contexto alemão na época da Primeira Guerra Mundial, marcada por uma situação social crítica, a Pedagogia Social enfatiza o atendimento a problemas públicos da sociedade da época, relacionados à infância abandonada, a jovens inadaptados ou delinquentes, a grupos marginalizados, à terceira idade, à animação sociocultural, à educação permanente (MACHADO, 2008, p. 03).

Como anteriormente referido, a pedagogia social tem grande destaque na Alemanha porque o surgimento dessa nova área educacional coincide com o acontecimento da Primeira Guerra mundial surgindo várias situações que necessitavam do atendimento de um profissional que atuasse com questões e problemas sociais, para que assim diminuíssem as consequências ocasionadas pela guerra.

Além do pedagogo social surgem também leis voltadas para assistência social, para alcançarem a melhoria de vida dos cidadãos, de algum modo, o país necessitava se retratar com a sociedade, pois, a guerra deixou muito destroços e várias famílias foram atingidas de forma direta e indiretamente.

Segundo Calimam (2009, p. 52), “O termo é de origem alemã e foi utilizado inicialmente por K. F. Magwer em 1844, *na Padagogische Revue*, e mais adiante por A. Diesterweg (1850) e Natorp (1898), que a analisa como disciplina pedagógica”. Desse modo, o autor explica a cronologia utilizada por educadores para assim identificarem ou conceituarem o termo Pedagogia Social.

Cada educador apresentou suas particularidades, mas foi o filósofo Natorp que realizou a primeira escrita a respeito do tema pedagogia social. Natorp buscou identificar em sua obra a base para o surgimento dessa pedagogia na Alemanha. Os problemas sociais surgidos na época eram características do individualismo, que

levou o país a enfrentar problemas sociopolíticos que mais tarde ocasionou conflitos diretos com outros países.

O filósofo Natorp considerado o pai da Pedagogia Social foi além, ao identificar que a pedagogia social era na verdade uma ciência construída para o saber prático e teórico. Aplicada inicialmente na Alemanha devido os fatores sócioeconômicos e políticos atingirem de forma direta a vida de milhares de pessoas, a pedagogia social usou métodos intervencionistas de maneira educativas intencionais e não formal, utilizando os conceitos para atuação na prática.

O processo da Pedagogia Social na Itália, tem grande diferença em relação em alguns outros países, justamente pelo fato de que na Itália que esse sistema pedagógico, apresentado por essa Pedagogia Social está relacionado mais com a Educação informal do que a Não Formal (MACHADO, 2009).

A Pedagogia Social se expandiu por outros países como Espanha, Itália, Portugal, Rússia até chegar a América Latina mais especificamente no Uruguai e posteriormente ao Brasil, passando a ser notória nas terras brasileiras a desde os anos de 1990 com estudos de autores voltados para essa área. O surgimento desta área de conhecimento reflete nos assuntos sociais ligadas ao atendimento de adolescentes, a pobreza, a marginalidade entre outros problemas ocasionados pela situação econômica e política do país.

No Brasil, os contornos iniciais da Pedagogia Social circunscrevem o universo conhecido como Educação não-formal, as práticas educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não-governamentais, programas e projetos sociais, sejam eles públicos ou privados (CALIMAN, 2009, p. 15).

Com base no texto citado acima, se observa que a pedagogia social no Brasil esteve inicialmente ligada à educação não formal, em outras palavras, significa que esta modalidade de ensino se dá apenas nos ambientes considerados não escolares que trabalhavam com um público diferenciado com idade e situações adversas ao que se encontrava na educação formal.

Entretanto, a pedagogia social sempre esteve relacionada com ações sociais que objetivam a construção social do cidadão. Veja-se então os projetos socioeducativos assistidos por organizações não governamentais que auxiliam várias crianças, jovens e adolescentes a construir um futuro mais digno.

[...] Pedagogia Social brasileira vem sendo construída com características e peculiaridades próprias de um país de dimensões continentais, mas carrega, em sua essência, o desejo e a ação para a mudança, através da conscientização e da emancipação social (SANTOS; LEIRO, 2015, p. 64).

De fato, a pedagogia social brasileira tem grande semelhança com a pedagogia social desenvolvida na Alemanha, mas também tem suas particularidades que estão presentes no modelo de ações desenvolvidas por projetos socioeducativos. Além do mais no Brasil esse modelo de ensino esteve voltado ao acolhimento da educação popular, educação de jovens, ong's, dimensões de políticas públicas.

É importante salientar que no Brasil um dos grandes idealizadores desse modelo de pedagogia foi o filósofo e educador Paulo Freire, considerado um dos grandes escritores da área. Paulo Freire em suas diversas obras escrita defende que a pedagogia denominada social deve fazer com o cidadão se torne um ser emancipado socialmente. Na concepção de muitos estudiosos, "Paulo Freire se destaca como o representante nacional da pedagogia social, pois defendia a transformação social por meio da conscientização e mudança na mentalidade de pessoas" (TORQUATO, 2015, p. 21183).

O que significa que ao surgir os problemas sociais, as ongs's ou projetos socioeducativos tende a trabalhar a parte psicológica do indivíduo para que o mesmo possa aprender a se defender perante a sociedade. Quer dizer que o indivíduo por si só vai lutar pelos seus direitos e enfrentar os problemas políticos ou sociais. Portanto, Paulo Freire é visto como o mestre que desencadeou reflexões a respeito da pedagogia social, mostrando que essa pedagogia pode ser uma relação entre teoria-prática, conteúdo-método, prática social ou prática reflexiva.

[...] têm sido considerados, como objetos da Pedagogia Social, dois campos distintos: o primeiro referente à socialização do indivíduo, socialização compreendida como ciência pedagógica da educação social do indivíduo, que pode ser desenvolvida por pais, professores e família; o segundo relacionado ao trabalho social, com enfoque pedagógico, direcionado ao atendimento a necessidades humano sociais, desenvolvido por equipe multidisciplinar da qual participa o Educador Social, como profissional da Pedagogia Social (MACHADO, 2008, p. 07).

Diante dos pressupostos, a autora faz uma análise a respeito do campo assistido pela pedagogia social, na qual segundo a mesma no primeiro momento o indivíduo vivência o campo da pedagogia que está voltada para as ciências

pedagógicas que vai ser trabalhada de maneira informal e formal. Devido o fato de que essas ações de socialização das crianças terem a possibilidade de ser aplicadas tanto pelos pais como pelas escolas, ou seja, ocorre uma troca mútua ou complementação de formação entre ambas partes em prol do desenvolvimento social do indivíduo.

No entanto, vê-se também a outra parte dessa pedagogia social que está ligada com a educação social, sendo que nesta área a participação do educador social é de suma importância para assim alcançarem os objetivos almejados. Vale ressaltar que o papel do educador social vai se de caráter interventivo, pois, o mesmo no primeiro momento tende a conhecer a realidade dos indivíduos atendidos para assim poder atuar como de fato um assistente social nas diversas questões apresentadas pelas crianças.

Para concluir, Caliman (2009) considera que a pedagogia social tem por finalidade apresentar situações de melhorias de vida, de bem estar social, de socialização, de uma convivência harmoniosa perante a sociedade, da aplicação do exercício da cidadania por parte do indivíduo, do auxílio à educação formal e da educação informal praticada pelas famílias, pela diminuição da marginalidade e criminalização principalmente nas periferias através de projetos sociais.

Nesse contexto, a pedagogia social tem por finalidade fazer com que o cidadão venha crescer profissionalmente, socialmente superando os limites impostos pela realidade social. Todo esse processo só é possível através da construção, aplicação e avaliação de metodologias apresentas no currículo da Pedagogia Social.

2 ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO

O surgimento da assistência social se dá devido ao seu contexto histórico que prolongou por anos, em relação às ações sociais desenvolvidas que eram consideradas como assistencialismo. Neste caso entende-se que o assistencialismo se refere à assistência prestada ao um público mais desfavorecido em situações precárias.

Na época da burguesia, período no qual se refere ao assistencialismo citado acima, a dominação da igreja em relação às classes sociais deste período era intensa e a união entre a igreja e a burguesia se tornou inevitável, assim as classes inferiores foram afetadas e viviam de forma precária. Dando espaço para o Estado implementar o que chamaria de Assistência Social.

De fato, a política social não tem uma data ou um período mais preciso para determinar o seu surgimento, como afirma Sousa *et al* (2013, p. 02), “o seu surgimento está relacionado com ascensão do sistema capitalista culminando na Revolução Industrial”. Vale ressaltar neste contexto, também as lutas de classes que surgiram como movimentos, objetivando a intervenção do Estado com relação as ações sociais e econômicas enfrentadas pelo Estado.

A partir daí observa-se as dificuldades enfrentadas pela sociedade trabalhista com o surgimento da Revolução Industrial, que deixou várias famílias desempregadas e passando por necessidades financeiras, o que cogitou no aparecimento de situações de vidas precárias, na qual houve a necessidade da intervenção de ações sociais para o atendimento dessas famílias.

A área da Assistência Social, hoje política pública reconhecida, nem sempre foi orientada na perspectiva do direito. A Assistência Social possui reconhecidamente um histórico ligado a uma cultura política caracterizada por relações de favor, de tutela, benesse e clientelismo (SILVA, 2012, p. 03).

Considerando esses aspectos, a Assistência Social no princípio não era apreciada como uma política pública, pois, baseava-se em um sistema voltado para a cultura da troca de favores, de ações não-políticas e do assistencialismo. Não havia relação com os direitos dos cidadãos, na realidade os empresários da época

proporcionavam aos seus empregados algumas regalias que o salário dos próprios não conseguia manter ou adquirir, em troca garantia a reprodução dos seus funcionários e suas famílias. Desse modo, a Assistência Social, inicialmente se manifestou como uma prática relevante a uma linha progressista, deixando de lado o segmento político.

Pressupõe-se que o surgimento da assistência social contribuía em alguns casos de maneira positiva, mas, infelizmente suas ações nunca tiveram um princípio transformador que realmente viessem a ser visto como algo que modificassem as vidas daquelas pessoas que fossem atendidas por essas ações.

Além de que, estas ações eram de cunho provisório, paliativa, benéfica e caritativa, tem-se como exemplo a participação da igreja, com a construção de casas missionárias para atender essa população. Contudo, é importante salientar que quase sempre o desempenho dessas atividades sociais visava um ganho em troca das ações prestadas a minoria da população.

Em 1938, foi criada a primeira regulamentação da Assistência Social, o conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. Tal órgão era formado por pessoas que desenvolviam ações ligadas à filantropia, e possuía como objetivo, além da regulamentação e fomentação da assistência social no âmbito público, a responsabilidade de elaborar o plano nacional de serviço social, de modo que englobasse, além dos setores públicos, os privados (BARBOSA, 2016, p. 03).

Cabe ressaltar que a criação deste órgão veio como algo que visava modificar o quadro da assistência social. Houve então uma parceria entre o Estado e as classes de elite da época, almejando a regulamentação da assistência social para que a própria atuasse tanto no setor privado quanto no setor público atendendo aos dois lados.

O Conselho Nacional de Serviços Sociais – CNSS era composta por setes indivíduos que estavam vinculados ou ligados com o Serviço social, assim os mesmos poderiam discutir com maior capacidade a respeito das questões sociais, buscando soluções e ideias para melhorar a aplicação da assistência social no Brasil. Órgão este que foi criado na era do Estado Novo, período que o Brasil era governado pelo presidente Getúlio Vargas, mas, a CNSS logo foi extinta e deu espaço para o surgimento do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Com o decorrer dos anos, o conceito de Assistência social se transformou, e ao invés de continuar sendo uma assistência social do assistencialismo e

clientelismo, passou a ser uma política pública de cunho social em busca de assegurar os direitos básicos dos cidadãos. Por longos anos, a assistência social ficou pragmática a uma prática fragmentada e tutelada.

Para Santana *et al* (2013, p. 02) somente em 1988 com a Constituição Cidadã, ficou descrito que “a Assistência Social, é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar [...]”. Portanto, fica subentendido que assistência social se tornou uma política pública, como forma de assegurar os direitos dos cidadãos que necessitem desse atendimento social.

Atualmente esta política pública está organizada através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que tem por finalidade a proteção social, sendo desempenhados por este sistema, programas assistenciais, projetos sociais, benefícios para idosos, pessoas com doenças graves ou deficientes etc.

Neste arcabouço legal encontram-se a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS/1993, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS/2005 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOBRH/SUAS/2006 e, mais recentemente, as mudanças introduzidas pela Lei 12.435/2011, que modificaram a LOAS (PINTO, 2013, p. 16).

Nesses aspectos, observa-se o processo pelo qual a Assistência Social passou, sendo que foram vários órgãos desenvolvidos. Vale destacar, que esses órgãos criados tinham por desígnio reformular e aperfeiçoar os objetivos e a implementação da Assistência Social buscando melhorias e mais benefícios para a população assistida. Assim sendo, cada Lei ou Conselho tem suas particularidades, mas, em contrapartida todos almejavam a seguridade e os direitos dos cidadãos.

A inserção da Assistência Social na Constituição Federal de 1988 trouxe consigo novos caminhos que foram traçados, havendo a integração com as políticas de saúde e previdências, o que desencadeou um expansionismo em relação aos direitos dos cidadãos, principalmente para o setor público. Por muitos anos ficou sobre a responsabilidade da classe privada solucionar os problemas assistido pelo assistencialismo devido ao fato que durante certo tempo, a assistência social foi vista como o assistencialismo comandado pelo setor privado (BICCA, 2011).

No Brasil, a questão da desigualdade social sempre foi um problema enfrentado por boa parte da população, sendo que várias famílias viveram e ainda vivem na miséria, passando por todo tipo de necessidades. Vale ressaltar que a

desigualdade social traz consigo problemas relacionados à saúde precária, mortalidade, a fome, a violência entre outras situações. Observando problemas como estes, que a Assistência Social inserida na Constituição de 1988 buscou atuar principalmente nesses setores da desigualdade social para proporcionar um pouco de bem-estar-social para essas famílias carentes através de projetos sociais.

A Constituição Federal de 1988 é o princípio e a base para entender as mudanças dentro do contorno da história da Assistência Social no Brasil, definindo como uma verdadeira política de Seguridade Social. O artigo 194 da Constituição descreve que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1988).

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (EC no 42/2003) (BRASIL, 2016).

Também os artigos 203 e 204 da Constituição Federal descrevem a respeito da Assistência Social incluindo seus objetivos sancionados por Lei. Segundo a Lei, a assistência tem por objetivo prestar apoio aos necessitados, atuando nas questões sociais, ou seja, as políticas públicas. Assistência essa que é mais visível dentro das comunidades, favelas, bairros de classes inferiores, atuando com a finalidade de reduzir a marginalidade, a violência e a pobreza principalmente.

Portanto, a criação de programas ou projetos sociais presume agir em vários setores, como a própria lei cita o amparo aos jovens e adolescentes, as famílias carentes, as pessoas deficientes ou idosas.

Desse modo, ao analisar esse quadro de atuação da assistência, observa-se que as pessoas assistidas estão vulneráveis ao sistema capitalista, e por isso

acabam enfrentando tantos problemas sociais e não consegue se equilibrar principalmente financeiramente pelo fato de o sistema não proporcionar oportunidades igualitária. Sendo assim, a intervenção da assistência social é de fundamental importância.

No ano de 1993, houve a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Esta lei veio para regulamentar e sancionar os direitos e deveres da assistência social, estabelecendo normas e critérios para assim organizar a assistência social.

No Art. 1º assistência A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A promulgação desta lei trouxe consigo novos benefícios, antes da promulgação da lei, a assistência social era vista como algo comum que ficava em segundo plano, não tinha tanto destaque para o Estado. Passou a atuar como política pública e prestar atendimentos de serviços sociais as famílias necessitadas.

Os serviços assistenciais buscavam trabalhar na prática a igualdade social, a justiça e os direitos básicos dos cidadãos constituídos em Lei, pois, sabe-se que por muitos anos os cidadãos não tinham os seus direitos garantidos e assim eram considerados inferiores perante a alta sociedade burguesa. Vale ressaltar que esses direitos assistenciais só foram possíveis com a constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã.

A LOAS surgiu com o propósito de inovação ao atribuir à assistência social como uma definição de política pública, a partir de então se tornou homologado os direitos dos cidadãos é o melhor de tudo e que o Estado tornou-se responsável em fazer-se cumprir esses direitos. Sendo assim, passou a ser dever do Estado assumir as responsabilidades da seguridade social, vista como o pilar do novo ciclo da assistência social.

É importante mencionar que esses direitos além de serem garantidos por leis passaram a ser também universalizado, permitindo a todos aqueles que necessitam serem assistidos por programas socioassistenciais terem seus direitos garantidos na legislação, podendo ser amparados por estes programas (SOUSA, 2013).

Em meio a tantas reviravoltas durante a história da assistência social, cabe destacar a criação do Política Nacional de Assistência Social – PNAS, criado através da Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. O PNAS é um dos órgãos que veio para normatizar o sistema da Política de Assistência Social no país, seguido da criação da SUAS em 2005.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS ocorre de maneira integrada com o setor de políticas setoriais, em busca de garantir para as famílias vulneráveis seus direitos básicos como moradia, saúde, alimentação, educação e segurança, que são considerados mínimos sociais, a partir da aquisição desses mínimos as famílias poderão ter condições de vida melhor e mais digna perante a sociedade.

Cabe destacar que, “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 32), o que vem a se tornar em outras palavras, direitos garantidos por lei aos cidadãos. Na maioria dos casos a sociedade se torna leiga em relação aos seus direitos, por isso a importância da implementação da assistência social, pois, a própria tem por dever mostrar ou garantir para estas pessoas necessitadas os seus direitos.

Foi somente através do PNAS que no ano de 2005 criou-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que por muitos anos atuou de forma ilegal. O SUAS é tido como um órgão essencial para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, devido ao fato de que o SUAS proporciona medidas técnicas e políticas para regular e manter a organização dentro do sistema socioassistenciais dentro do território brasileiro com forma de garantir os direitos sociais dos cidadãos (SOUSA, 2013).

De acordo com Epifânio (2017, p. 06) “O sistema de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo”. Portanto, entende-se que a SUAS apresenta-se em um sistema descentralizado, na qual está dividido em três patamares em nível de governo, sendo eles: Federal, Estadual e Municipal. É visto como um órgão participativo, e defensor das ações socioassistenciais buscando atender principalmente as famílias, ou seja, a sua base estrutural que a maior parte das vezes está atingida por problemas relacionados ao alcoolismo, violência entre outros.

Outro ponto a ser destacado é a descentralização político-administrativo, ou seja, os preceitos gerais assistidos pelas SUAS passou a ser coordenado pelo governo federal e o cumprimento das atividades e dos programas sociais passaram a ser executados pelos governos estaduais e municipais.

Dentro dessa execução de programas sociais, cada estado ou município deve respeitar suas diferenças regionais, pois, cada região apresenta suas particularidades que influencia na questão social, o que vêm a ser percebido no surgimento dos problemas sociais, significando que em algumas regiões serão mais frequentes problemas relacionados à fome, outros a violência, em alguns casos as questões do uso frequente de drogas lícitas e ilícitas, o abuso sexual infantil e o trabalho infantil vem ganhando grande notoriedade para as ações assistenciais, ou seja, depende muito do nível populacional de cada município.

É importante salientar que com a criação do PNAS foi possível a implantação dos Centros de Referencias da Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (BRASIL, 2009, p.09).

Considerada como uma Unidade, o CRAS é geralmente situado em locais de grandes vulnerabilidades sociais, tem por finalidade atuar em situações que apresentam perigos sociais para a sociedade. As unidades do CRAS proporcionam orientação dos direitos negados para as famílias, incluindo adolescentes, jovens, idosos, deficientes e mulheres. Serviços sociais com característica preventiva, protetiva e proativa, ou seja, a proteção básica que é disponibilizada a qualquer cidadão.

A definição do CREAS está regulamentada na Lei 12.435, Art.6-C parágrafo seguinte:

§ 2º O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 2011).

O CREAS, assim como CRAS também atua nos locais de vulnerabilidades e de riscos sociais, mas as situações assistidas por essa Unidade os diferenciam do CRAS. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social atende pessoas que foram atingidas por algum tipo de violência, sejam ela, física, verbal, psicológica ou até mesmo sexual que nos últimos anos vem crescendo bastante tanto em criança como em adultos, não podendo esquecer-se do tráfico humano que muitas famílias são atingidas por essa situação.

Em alguns casos, as crianças são raptadas ou vendidas pelas próprias famílias para trabalharem na prostituição fora do Brasil. Nessas situações, quando essas pessoas são resgatadas, os atendimentos no CREAS são de fundamentais para auxiliar no processo de readaptação e principalmente, para trabalhar a parte psicológica e emocional a que vêm acarretar também na proteção familiar.

Nesse contexto, vale destacar outros distintos benefícios que veio após a regulamentação da Assistência Social no Brasil com a Constituição de 1988. O Benefício da Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF são exemplos significativos para os avanços em relação aos programas assistenciais.

O Benefício da Prestação Continuada, conceituada na CF, art. 203, inciso V e regulamentada na LOAS, assim como o próprio nome identifica refere-se a um benefício destinado a um grupo de pessoas que apresentam alguma deficiência ou nos casos de pessoas idosas que não conseguem se manter sozinha e nem pela própria família.

Nestes casos, essas pessoas recebem um salário mensalmente sem direito a 13º para custear as suas dispensas, pois, muitos confundem como uma aposentadoria e na verdade é apenas um benefício que pode estar sendo solicitado nas unidades do CRAS com o cadastro Único (BRASIL 2016).

O Programa Bolsa Família – PBF, instituído no ano 2003 de fato é um dos maiores programas assistenciais do país que ajuda milhares de pessoas que necessitam de uma renda mensal. Este Programa é de nível federal que visa atender famílias que vivem na pobreza ou a margem da pobreza (miséria).

Bicca (2011) relata que, por mais que o PBF se caracteriza como uma renda direta que integre a política pública, com direcionamento próprio, com aspecto não contributivo e um direito referente à segurança de renda, não pode ser considerada como um programa que constitui a Assistência Social por não ter uma lei regulamentando-a como um direito social.

Entende-se, portanto que, o programa é para todas as famílias que estão em situações vulneráveis, mas infelizmente nem todas as famílias são assistidas pelo programa. Às vezes por falta de cadastramento ou por culpa de uma sociedade hipócrita, pois, se vê muitas famílias com condições financeiras estáveis sendo beneficiada pelo programa, enquanto quem realmente deveria receber não recebe.

Dentro de suas vertentes, o programa busca englobar a educação, a saúde e assistência social, por isso é feito o acompanhamento semestralmente pelos postos de saúde e o acompanhamento de frequência e notas escolares das crianças cadastradas, caso contrário, estão sujeitos a cancelamento do programa.

De fato, os programas socioassistenciais trouxeram consigo vários benefícios que são visíveis até os dias atuais, atendendo pessoas necessitadas e que vivem em situações de pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais. Muitas famílias na contemporaneidade, têm como renda mensal somente a bolsa família ou o BCP, caso contrário, estariam passando por necessidades de todos os tipos, e o sistema capitalista impõe a essas famílias vulneráveis poucas oportunidades de sobrevivência.

2.2 CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O profissional da pedagogia tem como característica marcante no seu currículo profissional a área educacional, contudo, nos últimos anos o avanço em relação ao espaço de trabalho deste profissional vem cada vez mais aumentando positivamente. Assim o pedagogo pode desenvolver suas habilidades em locais diferenciados que não seja necessariamente um espaço ligado com a área da educação. Novos ramos de atuação do pedagogo só estão sendo possível devido às mudanças sociais e econômica que vem ocorrendo nas últimas décadas no país.

Sabe-se que a Pedagogia dentro da sua ciência estuda e pesquisa a educação de modo geral, suas particularidades, pontos positivos, negativos, características entre outras situações que remete ao campo educacional. Devido esses fatores, Tavares e Moura (2017, p. 02) afirma que, “a atuação de pedagogos em espaços fora da escola também envolve sistemática de ações educativas”.

Portanto é considerado válido todo trabalho pedagógico desenvolvido dentro ou fora dos espaços escolares, pois, as práticas pedagógicas aplicadas por este profissional buscam contribuir positivamente com o desenvolvimento do local que

está inserido, sejam em projetos sociais, ong's, hospitais, empresas entre outros locais que o pedagogo pode atuar.

Com base nesses pressupostos, vale destacar que a legalidade das ações sistemáticas desenvolvidas pelo pedagogo dentro das Secretarias Municipais de Assistência Social, mais especificamente, dentro das unidades do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado e Assistência Social – CREAS.

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais (LIBÂNEO, 2005, p.38)

Segundo o autor, o curso de pedagogia dentro de sua grade curricular apresenta um leque de opções que atende desde a educação formal até a educação informal e não formal. Destaca ainda em sua fala das ações socioeducativas que, na maior parte são desenvolvidas dentro de projetos voltados para a Assistência Social, ou seja, a área que compreende a pedagogia social.

Novos saberes surgem com o mundo globalizado, que traz consigo os avanços tecnológicos que também contribuem para essa formação pedagógica deste profissional, principalmente para fazer um meio de interligação entre dois campos de conhecimento diferente e ao mesmo tempo tão parecidos: o conhecimento escolar, aquele adquirido dentro das instituições de ensino e o conhecimento social, o conhecimento em que o ser humano adquire com a realidade do dia - a - dia dentro da sociedade, no qual um faz a complementação do outro. Sendo assim, é necessário que o indivíduo possua ambos conhecimentos tanto para sua formação pessoal e profissional.

Dentro do mercado da pedagogia social existem grandes possibilidades de trabalho para o profissional da pedagogia, que inclui projetos sociais, ong's, igrejas, centros comunitários, projetos como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, CRAS, CREAS, penitenciárias, entre outros locais que necessitam das sistemáticas ações pedagógicas e educativas.

Para essa tomada de consciência faz-se necessário que entendam que quando se falam da aplicabilidade da pedagogia, ou seja, as inúmeras

possibilidades de aplicação do conhecimento pedagógico revestem-se a uma educação compensatória, na qual possibilita o pedagogo a desviar sua atuação do campo da educação formal, mais especificamente a sala de aula. Portanto, o pedagogo pode assim se locomover a uma área diferenciada como, por exemplo, a pedagogia social que foge dos preceitos da educação formal e ao mesmo tempo está ligada à educação não formal.

Conforme descreve o autor Orzechowski (2009, p. 02), “O pedagogo tem uma função pedagógica, uma especificidade educativa na qual se sustenta sua intervenção em quaisquer espaços sem perder seu foco que é a ação educativa”. Sendo assim, este profissional ao desenvolver suas atividades pedagógicas, atuando de forma intencional, analisando, debatendo e auxiliando dentro do seu campo de trabalho, mais especificamente em cima do problema estudado, de maneira cuidadosa para que o próprio não se envolva em situações que não refere a sua identidade profissional.

A princípio o pedagogo que atua nas áreas sociais, precisa delimitar seu espaço, e saber que ele será o profissional que prestará serviços sociais, deve compreender as políticas públicas que dão respaldo a mesma. Deve resgatar a identidade, autoestima e a busca pela autonomia das pessoas. Ser pedagogo social é ser sensível suficientemente para atrelar os saberes educacionais aos saberes das ações desenvolvidas na política de assistência social (TORQUATO *et al*, 2015, p. 21185).

Considerando esses aspectos, fica claro o papel do pedagogo dentro dos locais que necessitam do profissional da pedagogia social. O autor é claro e coeso em sua fala, para explicar as atribuições deste servidor social, sendo que este profissional tem por finalidade proporcionar um ambiente mais agradável estimulando as pessoas assistidas pelos programas assistenciais.

Dependendo da situação de vulnerabilidade, o pedagogo deve trabalhar em cima da situação problema enfrenta pelo seu público para assim alcançar seus objetivos almejados. Colocando em prática o saber educacional com o saber das ações assistências.

Dentre esses postulados entende-se que, o trabalho social desenvolvido pelos pedagogos nas unidades de Assistência social que está ligada principalmente na Proteção Social Básica – PSB, voltada aos serviços assistenciais, assessoramento, programas sociais etc., promovendo aos seus usuários direitos sociais.

A integração do profissional da pedagogia no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir da Resolução de Nº 17, de 20 de junho de 2011, a mesma decretou que o profissional da pedagogia, estava capacitado para trabalhar no campo da assistência social, aplicando suas habilidades e especificidades ligadas aos serviços assistenciais (BRASIL, 2011).

Sob esse viés procura-se entender a respeito da inclusão do pedagogo dentro desse mercado de trabalho, que está voltado a assistência social. Embora esteja garantido por lei como foi citado acima, o pedagogo continua a enfrentar dificuldades para conquistar seu espaço dentro desse mercado de trabalho.

Nos CRAS, o pedagogo atende vários públicos como grupos de famílias, crianças e idosos que apresentam situações vulneráveis, um detalhe que caracteriza o trabalho social, e que nestes locais o pedagogo busca atuar em grupos de forma conjunta.

O pedagogo no CRAS opera atendendo grupos de crianças, adolescentes, grupo de família e idosos em situações de vulnerabilidades sociais, isolamento, negligência, entre outras situações prioritárias proporcionando ajuda necessária à superação dessas dificuldades, através de dinâmicas de intervenção nos grupos visando à efetivação dos direitos sociais e o empoderamento dos vínculos afetivos dessas pessoas diante das perdas e suas fragilidades (SANTOS; COSTA; NUNES, 2017, p. 68).

Nessa perspectiva, o trabalho social nos centros busca auxiliar e a sanar ou amenizar os impactos causados pelos problemas que os mesmos enfrentam. Como meio de atingir seus objetivos, os próprios utilizam de recursos metodológicos para se trabalhar em grupo, exemplo, são as dinâmicas em grupo, que buscam incentivar e intervir de maneira positiva nas vidas pessoas, almejando a efetuação especialmente dos direitos sociais e o fortalecimento dos laços afetuosos das famílias que estão passando por problemas sociais, como a questão de perdas familiares em acidentes naturais (enchentes, desmoronamento de terras), na qual além de perderem entes queridos também perdem suas casas e começam a ter dificuldades para sobreviverem.

Dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, o pedagogo também atua em diversos setores, que inclui o acompanhamento das crianças nas escolas, que abrange notas e frequência escolar; acompanhamento familiar. Também visita mensal ou semanal que depende muito da organização dos serviços de convivência, para observar a realidade vivenciada pelas famílias ou se

estão em situações vulneráveis. Realização de atividades em grupos, orientação, palestras voltadas para as famílias, reuniões e por fim, a elaboração dos materiais pedagógicos utilizados durante as ações (SANTOS; COSTA; NUNES, 2017).

Outro campo de atuação dos pedagogos são as ong's não governamentais, com a criação destes locais que buscam desenvolver ações ou projetos sem fins lucrativos. As Ong's são consideradas associação em prol dos serviços sociais, seja na área da saúde, educação, lazer e esportes.

Nos últimos anos é visível a demanda de projetos sociais sendo assistidos por ong's, porém, infelizmente ainda existem muitas dificuldades para manter essas ong's funcionando, principalmente por questões de recursos financeiros, pois como já foi relatado anteriormente são fundações sem fins lucrativos, sendo assim sobrevivem de doações e contribuições externas.

Alguns exemplos de ong's têm grande destaque por desenvolver ações e por contribuir de forma significativa com o desenvolvimento social do país. Pode-se destacar a Fundação Itaú Social que atua nos setores da educação, na saúde, e nos projetos assistenciais. Com o apoio a vários projetos que desenvolvem a educação no país, a função do pedagogo dentro desses projetos é a de educador social, que contribuem tanto nas questões educacionais como na questão social, pois, uma ação complementa a outra.

Alguns desses profissionais atuam em associações regidas por normas, regras e recebem salário fixo como em qualquer outra empresa, enquanto que outros profissionais atuam como voluntários. Estes em muitos casos exercem um trabalho paralelo e não disponibilizam de muito tempo para estarem participando das reuniões pedagógicas, onde o profissional com formação específica em Pedagogia desenvolve projetos, organiza os temas que serão trabalhados, seleciona o material didático e orienta os educadores sobre as metodologias que favorecem a aprendizagem (SOUZA FILHO; CONTRERAS, 2011, p.10095).

Conforme o autor, está claro que o licenciado em pedagogia desempenha funções e geralmente tem características normais igual a qualquer outro funcionário. No entanto, às vezes este profissional pode estar recebendo financeiramente pelo seu trabalho, ou como em muitos casos trabalha de maneira voluntária, simplesmente com o intuito de contribuir com o desempenho social de determinada ong's. Geralmente as pessoas que trabalham como voluntário tem outro trabalho fixo, então não disponibilizam de muito tempo, mas mesmo assim buscar ajudar o máximo possível nas atividades desempenhadas nos projetos sociais.

Considerando esses aspectos, faz-se visível as atividades desenvolvidas pelos pedagogos dentro das ong's, com tanto desenvolvimento nessa era contemporânea observa-se também as múltiplas oportunidades de atuação do educador social nesses locais não formais, porém, é válido salientar que o pedagogo segundo Silva (2007) *apud* Souza Filho e Contreras (2011, p. 10094), “[...] desenvolve e elabora projetos educacionais, planeja ações da instituição e presta suporte pedagógico, podendo também, desempenhar o papel de educador social”.

Quanto à organização dos materiais necessários ao trabalho a ser desenvolvido, o pedagogo gerencia todo o processo, que material usar, e na capacitação e orientação dos demais educadores para juntos alçarem os objetivos almejados através de metodologias a que venha contribuir de maneira positiva.

As ong's realizam parcerias com entidades como, por exemplo, as igrejas, associações de comunidades criando projetos para auxiliar as pessoas. As igrejas sejam elas católicas ou evangélicas tem um cunho social, buscando auxiliar a comunidade que está inserida. No município de Vila João Lopes/RJ existe o Instituto Casa Viva – Promovendo Dignidade, com incentivo da Igreja Batista de Betânia surgiu esse projeto que com o decorrer dos anos cresceu e se tronou esse instituto que atende as pessoas através de suas ações e projetos. Coordenado por pastores ou pastoras, o instituto tem projetos voltados para o desenvolvimento do esporte, projetos voltados para a questão da pobreza e a violência.

De modo geral, a comunidade que se caracteriza por um local simples e carente conseguiu programas para suprir as principais necessidades da comunidade, como: programa de valorização e fortalecimento familiar e comunitário, Projeto craques na vida, projeto tom da vila, Projeto Remir – restaurando emoções. Tais projetos buscam dentro dos seus objetivos auxiliarem as pessoas em situações vulneráveis, como as pessoas com deficiências, que através do instituto conseguiram a inclusão social das pessoas com deficiências através de projetos sociais. As ações são desenvolvidas com a ajuda da igreja em conjunto com voluntários que inclui todos os profissionais que se disponibilizam a ajudar, exemplo, o pedagogo social, que ajudam principalmente nas reuniões em grupos despertando a autoestima das pessoas e a motivação pessoal e interpessoal (INSTITUTO, 2009).

Outro exemplo de campo de atuação do pedagogo social é no Grupo Cultural AfroReggae considerada uma organização não governamental criada em 1993 na favela do Vigário Geral no Rio de Janeiro. Baseado na cultura afrobrasileira com a

missão de “reduzir as desigualdades sociais e combater o preconceito em suas diversas formas, utilizando a arte e a cultura como ferramentas de transformação social de pessoas e grupos bem como o meio em que estão inseridos” (AFROREGGAE, 2013, p. 04).

O grupo Cultural AfroReggae tem vários projetos importantes que contribui com o desenvolvimento cultural e social da comunidade, sempre utilizando dos recursos musicais e artísticos. Todos os projetos têm cunho social e já ajudou milhares de crianças e jovens que enfrentam problemas com a violência, droga entre outras situações. Dentro destas organizações não governamentais, a participação do pedagogo pode surgir de maneira voluntaria ou como um funcionário com salário mensal e todos os direitos trabalhistas garantido.

A princípio o pedagogo busca identificar seu público conhecendo sua realidade e suas situações ‘problemas’, para poder construir oficinas, buscar dinâmicas de intervenção e metodologias para ser trabalhada em grupo (AFROREGGAE, 2013). Em ong’s, como o grupo cultural afroReggae, os pedagogos sociais buscam trabalhar em conjunto com os assistentes sociais e os psicólogos a procura de um denominador comum para ajudar o público assistido.

Portanto, cabe explicar que os projetos sociais não têm objetivo de substituir o papel da escola, apenas complementar e auxiliar as crianças com os conhecimentos já adquiridos na instituição de ensino. Assim, fica entendido que o papel do pedagogo de colaborador social, além de atuar na questão da preparação das crianças e jovens para a realidade social, lhe ensinando a viver em sociedade de maneira digna e sabedores de seus direitos sociais e de cidadãos.

Tendo em mente os aspectos acima discutidos observa-se o quanto é grande os campos e locais de atuação do pedagogo no ambiente social, porém, ainda são grandes as dificuldades de contratação deste profissional em locais que não seja especificamente dentro da área da educação. Logo, fica entendido que a Pedagogia “é uma formação abrangente e extrapola o âmbito escolar formal, envolvendo esferas mais amplas de educação informal e não formal” (TORQUATO *et al*, 2015, p. 21185). Neste caso, todo local que apresenta algum tipo de prática educativa seja ela formal não formal a participação do pedagogo é fundamental.

De fato, as ações ou atividades irão variar de acordo com local de trabalho, pois, por exemplo, no CRAS, nos abrigos, nas ong’s, nas penitenciárias, igreja e etc., as funções desempenhadas serão parecidas, mas devido às características e

cultura particular de cada ambiente faz com que esse profissional busque adequar o seu modo de atuação para conseguir êxito ao desenvolver suas funções e alcançar os objetivos esperados.

[...] tanto o assistente social como o pedagogo atuam profissionalmente em várias áreas do *devenire* humano, podendo ser em instituições formais ou informais, podendo ter sua atividade empreendida em empresas, hospitais, orfanatos, presídios, conselhos escolares e tutelares, secretarias, bibliotecas, editoras, dentre outros, por isso a importância da sua formação holística e multidisciplinar (CARVALHO; FIALHO, VASCONCELOS, 2017, p. 20).

Analisa-se que dentro de cada ambiente social o pedagogo desempenha funções e atividades diferentes, que vai variar com o público assistido. No entanto, o pedagogo tem como intuito atuar como profissional social que investiga e age com ações intervencionistas visando transformar as vidas dos sujeitos, sejam em grupo ou individual.

2.3 DESAFIOS DO PEDAGOGO NO CAMPO DO TRABALHO SOCIAL

Dentre as várias possibilidades de atuação do pedagogo encontram-se os desafios enfrentados por este profissional para desempenhar suas funções sejam elas dentro do ambiente escolar, ou como nos campos de atuação fora dos muros escolares. Nos primórdios, o perfil do pedagogo de modo geral estava relacionado como aquele ser que cuidava de crianças, mas com os avanços na área da pedagogia novos perfis e conceitos deste profissional surgiu.

Ao observar o pedagogo na empresa encontraremos um profissional com um perfil mais padrão e preparado para trabalhar com um público mais empresarial que necessita de uma organização, que se trabalhe a motivação e principalmente a relação pessoal e interpessoal. Nos hospitais, por exemplo, é um profissional que trabalha com um público infantil, neste caso a alegria e a sua principal ferramenta de trabalho. Mas afinal, qual o perfil do pedagogo social?

Baseado neste questionamento analisa-se que o pedagogo social tem como público as pessoas que estão em situação vulnerável, portanto, entende-se que a inserção deste servidor educacional nos espaços socioeducativos é de grande relevância, e o mesmo precisa estar capacitado tanto na forma teórica quanto na prática, pois, uma remete a aquisição de conhecimentos e a outra se refere à

solidificação deste conhecimento. Somente a partir desses dois processos que o pedagogo estará capacitado para poder intervir nos espaços que desenvolve projetos sociais ou nas ong's (CAFFERI, 2010).

Dentre as áreas sociais, o pedagogo desenvolve múltiplas funções o que ajuda a criar a sua identidade e o seu perfil profissional. Claro que, a princípio o mesmo é visto apenas como um educador social, mas suas atribuições e funções vão além disso.

Considera-se que a formação deste profissional é fundamental para que o mesmo possa atuar nos diferentes contextos sociais, criando um conceito para uma visão ético-profissional com capacidade de desenvolver uma sociedade justa e solidária, na qual o indivíduo possa se preocupar com os problemas dos outros, principalmente com as pessoas que vivem sob situações de vulnerabilidade.

[...] conhecimento e experiências relativos à gestão participativa e educação comunitária; compreensão do processo histórico-social, administrativo e operacional em que está inserido; competência técnica para planejar, organizar, liderar e avaliar programas e projetos sociais e; habilidade para enfrentar desafios, administrar conflitos, buscar parcerias e captar recursos (SOUZA FILHO; CONTRERAS, 2011, p. 10097).

No contexto das ideias acima expostas compreende-se que, a construção da identidade do profissional da pedagogia social reflete muito na questão das suas competências desenvolvidas, tais como observar que o mesmo ao se tornar um educador social, tem por finalidade desempenhar uma educação comunitária, abrangedora e popular.

E entende-se, portanto, que o mesmo tem características particulares que contribui para essa formação do seu perfil. Ao se tornar educador social o pedagogo passar a desenvolver várias habilidades que cabe a desempenhar atividades educativas a planejamentos, lideranças ou organização de ong's e programas sociais. No processo de formação da sua identidade o pedagogo deve apresentar algumas competências, assim está descrito no CNAS, art. 5º nos seguintes parágrafos:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime;
IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (BRASIL, 2006).

A partir dessa compreensão, entende-se que a ética e a moral são peças fundamentais para constituir o perfil e o currículo de um educador social, até por que este profissional trabalha com pessoas em situações complicadas que em alguns casos o sigilo profissional é essencial. Na maioria das vezes, o educador social deve apresentar uma postura investigativa, por causa do seu público alvo, que se apresentam em situações complicadas e difíceis, por esse motivo o pedagogo, no primeiro momento necessita fazer uma sondagem para estudar as particularidades de cada grupo ou indivíduo.

O pedagogo social por muitos anos buscou conquistar o seu espaço no meio social e principalmente no mercado de trabalho, mas enfrentam muitas dificuldades principalmente ao atuar nos locais de assistência social. Na realidade, um dos primeiros desafios enfrentados pelos educadores sociais, foi justamente conseguir espaço, por que por muitos anos a pedagogia só capacitava para a sala de aula. No entanto, as lutas e participação em debates tiveram resultados significativos para que estes educadores conseguissem representatividade e, por fim, a promulgação em lei de que o licenciado em pedagogia estava capacitado a atuar nas questões sociais.

Segundo Tavares e Moura (2016), ao realizar uma entrevista com os pedagogos sociais atuante no CRAS observaram que as principais dificuldades enfrentadas por estes profissionais em seu ambiente de trabalho estão relacionadas primeiramente com as estruturas dos locais (prédios) e a grande dificuldade em ter acesso a materiais necessários.

De modo geral, ao trabalhar com pessoas em situações de vulnerabilidades o pedagogo enfrenta várias dificuldades, e as capacitações ofertadas ainda são poucas, pois, como se sabe o público alvo destes servidores são pessoas que apresenta as mais diversas situações sociais, que a cada momento surge uma vulnerabilidade diferente. Portanto, o correto seria que as capacitações ocorressem com maior frequência, que vai contribuir tanto com a formação pessoal quanto com a qualidade do desenvolvimento das atividades.

Os desafios para aquele que busca atuar na área da pedagogia social começa ainda no período de formação, pois, no decorrer do curso de pedagogia observa-se que de fato a graduação em Pedagogia possibilita o formando a atuar em diversos lugares, mas infelizmente, nota-se que o curso ainda trata a questão da pedagogia social de maneira superficial, dando ênfase maior na questão do pedagogo na docência, ou seja, “ainda não discute de forma mais aprofundada a atuação do pedagogo em relação à assistência social e aos direitos humanos” (TAVARES; MOURA, 2016, p. 362).

Por mais que existam leis que ampara o pedagogo social, os cursos de pedagogia apresentam falhas ao se desenvolverem em relação aos conteúdos a que venha abranger mais as outras áreas da pedagogia. Isso não se refere à pedagogia social, mas também hospitalar e empresarial, por exemplo.

No princípio sabe-se que a pedagogia social não tinha espaço no mercado de trabalho e suas funções eram pré-definidas. Desse modo, o pedagogo social por muitos anos só atuava com as pessoas que foram vítimas de guerra ou de qualquer outra situação em que os deixasse em situações vulneráveis. Mas, ao adentrar no mercado de trabalho os dos principais impasses enfrentados por estes profissionais e a questão da adaptação no seu local de trabalho, no que está relacionado em descobrir quais as suas atividades, ou seja, no que especificamente o pedagogo iria trabalhar, por exemplo, nos Centros de Referências de Assistência Social – CRAS.

Só foi possível o pedagogo ganhar notoriedade dentro da assistência social através de muitos estudos e discussões a respeito dessa temática.

Considera-se como maior desafio para a Assistência Social em parceria com as demais políticas setoriais e com a sociedade a construção de uma rede profissional de assistência, com financiamento adequado para a garantia de serviços de qualidade que possam aprimorar a qualidade de vida dos grupos vulneráveis e um desenvolvimento local integrado de forma a responder aos desafios demográficos, econômicos e sociais do Brasil (BRASIL, 2000 *apud* MENDEZ, 2013, p.10).

Nessa abordagem, há uma reflexão a respeito dos desafios da assistência social, o que vem atingir o profissional desta área. No entanto, a principal preocupação da educação social, a princípio, é fazer com que haja uma parceria “perfeita” entre o sistema das políticas públicas para que haja investimentos financeiros mesmos na educação social e nos centros de assistências sociais.

O que se ver é pouco investimento nesses setores, o que vem a surgir um problema a ser enfrentado por estes pedagogos sociais, pois, se não há imissão de valores financeiros adequados, também não haverá recursos materiais pedagógicos para se trabalhar com os grupos assistidos.

O trabalho com pessoas em situações de vulnerabilidade exige do pedagogo social recursos adequados, sejam eles humanos ou pedagógicos. Portanto, para proporcionar uma melhoria de vida às famílias ou pessoas assistidas pelos projetos sociais ou unidades do CRAS e CREAS, esse profissional precisa ter ao seu alcance recursos necessários a que venha suprir as necessidades do seu público.

A realidade atual das maiorias das cidades é que nem sempre o governo disponibiliza recursos financeiros adequado, sendo assim, mais um desafio a ser enfrentado pelos educadores sociais. No entanto, muitos pedagogos buscam desenvolver da melhor maneira as suas atividades, por mais que o sistema não lhe proporcione recursos para aplicar suas atividades.

Ainda discutindo em relação aos desafios do profissional da pedagogia social com seu ambiente de trabalho, pode-se destacar as condições salariais, que não são as melhores comparadas com as atividades realizadas por estes profissionais, que na maioria das vezes ganha menos do que quase todos os profissionais atuantes na área da assistência social. Quando surge situações diversas, por exemplo, o pedagogo necessita apresentar um papel disciplinador, porque muitas crianças ou jovens por conta da realidade vivida se tornam pessoas agressivas e desregradas, que precisa de uma atenção maior.

Além da falta de autonomia dentro do seu ambiente de trabalho, corriqueiramente os demais profissionais acreditam que grande parte das atividades desenvolvidas nos centros de Referência de Assistência Social não é funções do pedagogo social e sim, do Assistente Social, criando uma barreira entre o pedagogo social e seu campo de atuação.

A falta de reconhecimento, é visto como um desafio a mais enfrentado por estes profissionais. Infelizmente, existe um preconceito, dos demais profissionais, na inserção do pedagogo na assistência social, os mesmos não conseguem ou não querem enxergar a importância do licenciado nos CRAS ou CREAS, muitas vezes prefere outro profissional que não apresentam as mesmas competências, ao invés do pedagogo que tem múltiplas habilidades e competências (CAMPOS, 2018).

A atuação do pedagogo nos diversos lugares deve ajudar as pessoas a encontrarem ou despertarem em si seus potenciais, construir sua própria identidade social, exercer seus direitos cidadãos sem ferir os direitos dos outros. Esse processo de redescoberta só acontece por meio da prática-crítica, que ajusta aos indivíduos condições válidas para lutarem pelos seus direitos e convivem em sociedade. Esse processo ocorre através da interação existente entre professor e aluno, educador social e as pessoas em situações vulneráveis

Nessa perspectiva de pensamento, na qual o pedagogo deve colocar como centro de estudo ou de desenvolvimento de suas atividades, o outro, compreende-se que a educação humanizada defendida pelo mestre da educação Paulo Freire capacita para entender que o papel do educador não é transformar ou educar o indivíduo, na verdade o ato de educar é um processo de humanização. Educar, para Freire (1983) *apud* Ecco e Nogaro (2015, p. 3530), “é ‘construir gente’, humanizar os humanos na luta em denunciar e superar os elementos desumanizadores”.

Nessa perspectiva, analisa que o educador tem por finalidade auxiliar o educando no processo de autonomia, o mesmo acontece também com o educador social, que ao ajudar determinados grupos precisa trabalhar essa autonomia que, geralmente já está perdida, por consequências das situações-problemas. Nesse processo de humanização, o profissional da pedagogia consegue conviver diretamente com a realidade do outro, passa a ter uma relação mais direta com o seu público, através desse processo de interação.

A partir do momento que o educador passa a se importar com outras pessoas, inicia o processo de humanizar os indivíduos, a conscientizar da realidade em que convivem, principalmente para lutar pelos seus direitos renegados, fazendo com que haja uma superação dos limites desumanizadores que atingem a maior parte da população em situações de vulnerabilidade.

Essa situação da educação humanizadora atuar com o ser humano na questão de humanizar reflete a pedagogia social que também busca ajudar as pessoas que se apresentam em situações difíceis. Por um lado, a pedagogia social atua mais através da ação e da prática. A educação humanizada freireana trabalha na questão educacional, ou seja, mais através da educação formal (ECCO; NOGARO, 2015).

Nesse contexto de educar, o educador por meio da educação procura capacitar o seu público para saber lidar com as situações cotidianas, que requer

autonomia e concepção dos seus direitos básicos, para poder solicitar perante a sociedade seus direitos e assumir seus deveres. Para não se tornar uma pessoa alienada de um sistema político, econômico e capitalista. Essa capacitação só é possível se o educador compreender que os educandos têm uma história e apresenta conhecimentos carregados de experiências.

Para concluir torna-se claro que o papel do profissional da pedagogia seja ele atuante da área social, educacional, empresarial, hospitalar ou ambiental vem justamente fazer com que essas pessoas assistidas por eles consigam superar seus limites e dificuldades, proporcionado um ambiente mais agradável, e seres humanos aptos e capacitados a vivenciar no meio social de maneira, mas digna e conhecedores dos seus direitos e deveres.

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: UM ESTUDO APLICADO À REALIDADE DA SEMDAS, MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

3.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

No presente trabalho de conclusão de curso as metodologias adotadas se dividiram em duas partes, no primeiro momento o embasamento em referenciais bibliográficos, na qual pode citar os seguintes autores: Aquino; Saraiva (2011), Arantes (2008), Brasil (1988), Brasil (1993), Caliman (2010), Gohn (2006), Orzechowski (2009), que tratam da temática da pedagogia social, dos desafios dos profissionais que atuam nesses espaços.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 50).

Desse modo, observa-se que o método da pesquisa bibliográfica permite ao escritor várias opções em relação à aquisição de material para a fundamentação da sua escrita. Na maioria dos estudos, a pesquisa bibliográfica é como uma peça fundamental, pois possibilita ao investigador basear-se em outros teóricos. É importante salientar que ao fazer uso de outros documentos o investigador ou estudioso precisam observar e analisar a veracidade dos artigos ou de qualquer outro material utilizado.

Também se fez uso da pesquisa forma qualitativa, pois, permite que o entrevistado seja mais específico quanto ao seu ponto de vista. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “as características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno”.

A pesquisa de campo se deu por meio do estudo de caso, sendo um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, produzidos a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar ou descrever fenômenos atuais. Segundo Gil (2002, p. 34), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento,

tarefa praticamente impossível mediante outras metodologias”.

Portanto, realizou-se a pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMDAS, mais especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS I e CRAS II, por meio de entrevista com 04 (quatro) pedagogas atuantes, para a qual foi elaborado um roteiro de pesquisa com sete perguntas discursivas. Entende-se que, a entrevista, é um dos meios bastante eficazes para a coleta de dados e enriquecimento da pesquisa, tanto pode ser realizada em conjunto ou individual baseado na observação da rotina do profissional pesquisado e também a análise de documentos e outras técnicas.

A entrevista como técnica de pesquisa teve por finalidade investigar e conhecer o papel, as atribuições e o perfil do pedagogo social, e por fim, os desafios enfrentados pelas pedagogas atuantes nos setores que remete à pedagogia social, como no caso os Centros de Referencias de Assistência Social. Na ocasião, as pedagogas demonstraram disponibilidade para responder a todas as perguntas e as demais dúvidas que surgiram durante a entrevista, contribuindo de maneira positiva para a construção deste trabalho.

O período da pesquisa aconteceu entre os dias 10 de janeiro ao dia 15 de fevereiro no CRAS I e II. Sendo que o CRAS I está localizado na Sede da SEMDAS, no Bairro Bela Vista e o CRAS II situado no KM 05. O primeiro contato foi com a coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social, na qual a mesma informou que repassaria as informações necessárias e em seguida direcionou para as demais pedagogas atuantes no local para a realização da entrevista, sendo que algumas preferiram responder as perguntas gravadas, enquanto as demais responderam de maneira escrita.

A equipe da SEMDAS é dividida por setores, na qual cada pedagoga fica responsável por uma área, como a coordenação dos idosos e das crianças. As pedagogas se identificam com a área que trabalham e desenvolvem várias atividades e ações sociais, conforme informações trazidas pelo quadro 1, que traz os perfis das entrevistadas.

Quadro 1 - Perfis das entrevistadas.

Pedagoga	Pós-Graduação	Tempo na SEMDAS	Atividades mais desenvolvidas
P ₁	Sim	7 anos	Administrativa, Impressão do Passe Livre; SCFV, Cultura e Lazer.
P ₂	Sim	4 anos	Todas que faz parte da Assistência Social e articulação, Ação Social, Interação, com os SCFV – Serviços de

			Conveniência e Fortalecimento de Vínculos – crianças e adolescentes, idosos etc.
P₃	Não	4 anos	Acompanhamento das matrículas escolares dos alunos; Acompanhamento das crianças com os professores nas instituições de ensino.
P₄	Não	7 anos	Atividades como técnica de Referência do Serviço de Convivência com crianças e adolescentes e das famílias em parceria com orientadores.

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Algumas das pedagogas atuantes nas unidades do CRAS apresentam no seu currículo pós-graduação. O período de atuação varia entre 04 a 07 anos, nas unidades do CRAS, sendo que estas profissionais conseguem desenvolver múltiplas ações, tais como orientação de grupos de jovens, adolescentes, idosos, ou seja, pessoas que apresentam alguma situação problema.

Dependendo do cargo ou área administrada no CRAS, suas funções modificam um pouco, pois, a coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social trabalha mais especificamente com a coordenação, administrando os diversos setores atendidos pelo Centro, para poder articular as ações sociais.

A interação com todos os núcleos como a SCFV visa atender as pessoas em situações de vulnerabilidade, não importando a idade. Também foi destacado que, suas principais funções estão voltadas principalmente para o acompanhamento das crianças nas instituições de ensino, justamente por administrar esse núcleo das crianças assistidas pelo CRAS I e pelo núcleo SCFV anexo ao CRAS II.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA SEMDAS

A assistência social do Município de Itaituba teve início no ano de 1980, por meio do Programa Nacional do Centro Social Urbano de Itaituba, sob a responsabilidade do governo estadual, na época, o governador Alacide da Silva Nunes, sendo a obra concluída em julho de 1980 (Dados da pesquisa, 2020).

No período da administração do então prefeito do município Silvio de Paiva Macêdo, criou a Fundação da Ação Social – FASIPE que proporcionava assistência as pessoas necessitadas do município. Durante este mesmo período foi sancionada a Lei municipal 1032/88 para a criação da primeira creche municipal Débora Otare. Posteriormente no ano de 1991, a então Fundação da Ação Social – FASIPE foi excluída, com a criação da secretaria municipal de Bem-Estar Social no ano de 1994, através da lei nº 1217.

A Lei Municipal nº 1.546/97 dispunha sobre a criação da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS. Em janeiro de 2008, a SEMTEPS recebeu uma nova nomenclatura, passando a ser Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMDAS), com promulgação da Lei Municipal nº 1.909/2008 (Dados da pesquisa, 2020).

Desde a sua criação esta secretaria passou por grandes dificuldades para poder se erguer e nos últimos anos é considerada uma das secretarias mais potentes do município de Itaituba, desenvolvendo várias ações de qualidade para o bem-estar social das famílias necessitadas de Itaituba.

Durante os 24 anos de existência, a SEMDAS, sempre teve a frente coordenando suas atividades e departamentos às primeiras damas ou pessoas indicadas pela gestão municipal. Pode citar entre as mesmas: Marília Macedo, Luzimar Santos, Margarete Soares, Lucia Botelho, Antonieta Lima, Fátima Leite, Uzalda, Socorro Oliveira é atualmente a Srª Solange Moreira de Aguiar. A coordenadora da SEMDAS vem ampliando as unidades para oferta com qualidade os serviços básicos aos cidadãos que precisam das políticas públicas da Assistência Social (Dados da pesquisa, 2020).

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMDAS) desenvolve vários departamentos ou programas sociais como: Bolsa família programa do Governo Federal funciona na Secretaria de Assistência Social, localizada na 5ª rua, Bairro Bela Vista; Cadastro Único; CRAS I- Centro de Referência de Assistência Social CRAS II e anexo jardim aeroporto; CRAS III, localizado em Miritituba; CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social; CASA DO CIDADÃO; IAMI- Abrigo dos idosos; Abrigo Infantil; Diretoria do Trabalho (SINE); COMJUCEL (Coordenadoria Municipal de Juventude, Cultura, esporte e lazer); MUSEU, Criado no dia 17 de novembro de 2006, localiza-se na Rua Dr. Hugo de Mendonça n 115 (Dados da pesquisa, 2020).

No percurso da história da SEMDAS inúmeras Leis municipais foram criadas como o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados, como as seguintes leis: Lei Municipal de n 1.804/06 alteração do artigo 3 da Lei Municipal n 1.306/95, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social e da outras providencias; Lei Municipal de n 1.532/97 dispõe sobre a criação e manutenção da casa do Cidadão e da Outras providencias; Lei Municipal 1.106/91 Cria a Secretaria Municipal de Saúde

e Bem-Estar Social; Lei Municipal n 1.306/95 cria o Conselho M. de Assistência Social e da outras providências.

Desse modo, observa-se que objetivo da SEMDAS e garantir o atendimento às necessidades básicas e proporcionar o desenvolvimento pessoal, familiar e social, bem como, oportunizar a capacitação, facilitando a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda, como todos os setores que compõem a rede municipal da Assistência Social. A Secretaria Municipal de Assistência Social, e responsável pela gestão dos programas, serviços e projetos da Política de Assistência Social garantido pela Lei orgânica de Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I coordenado pela Srª Maria Lucia dos Anjos Araújo e o CRAS II, sob a coordenação da Srª Eva Maria Gomes, ambos locais são compostos por profissionais de nível superior (assistente social, pedagogo, psicólogo) e nível médio (orientadores sociais, oficineiros, educadores, administrativo e apoio).

O CRAS I foi implantado no município desde o ano de 2008, tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais no território, localizado na 5ª Rua do Bairro Bela Vista. Ambos são considerados CRAS urbanos, funcionando em imóvel próprio.

Tem a capacidade de atendimento de cerca de 5.000 famílias. A Área de abrangência é de todo o município, nas quais refere – se aos seguintes bairros: Centro; Jardim das Araras; São Tomé; Bom Remédio; Piracaná; Vitória Régia; Santo Antônio; Vale do Tapajós; Novo Paraíso; Nova Itaituba; São José (Vila Caçula); Comunidade Indígena do Mangue e Comunidade do Laranjal.

O CRAS II Liberdade está localizado à Trav. Trans Galego, 5º Travessa, 480, bairro Liberdade. É considerado um CRAS urbano, funcionando em imóvel alugado, com capacidade de atendimento de 5.000 famílias, sua área de abrangência engloba a transamazônica até o quilômetro 06, destacando os seguintes bairros: Boa Esperança; Liberdade; Floresta; Bom Jardim; São Francisco; Da Paz; Residencial Viva Itaituba; Jardim Tapajós; Campo Belo.

Devido à percepção da secretaria de assistência social no que se refere à vulnerabilidade social, a senhora Solange Moreira de Aguiar, implantou no dia 02 de fevereiro de 2017, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV para Crianças e Adolescentes, localizada na 4ª rua do km 5, Jardim Aeroporto, para

atender as famílias que necessitavam ser assistidas pela assistência, garantindo, assim, seus direitos. Vale destacar que o SCFV, é uma expansão do serviço de convivência para crianças e adolescentes do CRAS II da Liberdade. Hoje o CRAS atende um número significativo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Com um quadro de funcionário de 8 pessoas, sendo orientadores, pedagoga, facilitadores, técnicos de referência e secretária que buscam prestar serviços sociais as pessoas dos bairros próximos ao km 05 e está situada em imóvel alugado, mais desempenha as funções do SVFC que inclui o acompanhamento de crianças e adolescentes, como também curso de corte e costura, manicure e pedicure, visando a necessidade da comunidade em relação a realização de cursos profissionalizantes.

No CRAS I e II são ofertados e garantidos serviços à família, crianças, adolescentes, adultos, idosos que necessitam de assistência. Estas unidades sociais contam com a contribuição das pedagogas Valmira Brasil que coordena o departamento dos idosos realizando programações voltadas para este público, exemplo, todas as sextas feiras o forró dos idosos.

Outra colaboradora dessa pesquisa, é a pedagoga Maria de Jesus Cardoso atua no departamento do acompanhamento das crianças, e a pedagoga atuante no Núcleo SCFV anexo do CRAS II no km 05, a Sr^a Carla Luciana Feitosa Miranda. Desse modo, observa-se que os CRAS também trabalham em parceria com o CREAS e o CAPS.

3.3 VIVÊNCIAS DOS PEDAGOGOS

Sentiu-se a necessidade de entrevistar profissionais da pedagogia que atuam na área da Pedagogia Social, assim realizou-se entrevistas com as pedagogas que atuam na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMDAS com o objetivo de conhecer um pouco do trabalho realizado pelas entrevistadas em ambiente não escolar. Inicialmente perguntou-se: **Por que você escolheu essa profissão de Pedagogo?** Os relatos das entrevistadas estão demonstrados no quadro 2.

Quadro 2 - Escolha da profissão de Pedagogia.

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“Pois sempre gostei de contato do com as pessoas, valorizam a diferença de cada ser humano, não basta apenas escolher a profissão, é preciso gostar de fazer pedagogia”.</i>
P ₂	<i>“Porque é a ciência que trata da educação dos jovens, que estuda os problemas relacionados com o seu desenvolvimento como um todo”.</i>
P ₃	<i>“Porque é uma profissão que chama muita atenção e foi o primeiro curso que me identifiquei muito com a pedagogia”.</i>
P ₄	<i>“Inicialmente por incentivo da minha mãe, mais depois fui me apaixonando pelo curso e pelo fato de já atuar como orientadora social, eu vi a necessidade também pelo trabalho”.</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Conforme os relatos das pedagogas entrevistadas, as mesmas ingressaram no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia por se identificarem com a área do curso ou por incentivo familiar. No entanto, em suas falas observam-se que as profissionais destacam suas particularidades pelo o interesse em cursar pedagogia. De fato, a pedagogia apresenta em sua grade curricular a oportunidade de atuar com vários públicos. Para Cezar *et al* (2008), são várias as possibilidades de atuação do Pedagogo, demonstrando assim que a pedagogia não cabe somente ao espaço escolar, mas que ela acontece em todos os espaços sociais.

Portanto, compreende-se que, a pedagogia é um curso que atua com o ser humano, que trabalha a parte social e a questão da educação tanto com as crianças como os adultos. Por isso, o leque de opção na atuação do pedagogo auxilia o indivíduo a ingressar neste curso, mas é importante frisar que assim como foi citado pelas entrevistadas, ao ingressar em qualquer curso o acadêmico tem que gostar daquilo que possivelmente será o seu mercado de trabalho e seu público de trabalho, ou seja, para ser pedagogo, a tem que gostar de trabalhar com o lúdico, com o ser humano, e saber que em qualquer ambiente que reflete a qualquer tipo de educação, o papel do pedagogo é fundamental.

Nesse contexto observa-se a finalidade do Curso de pedagogia é de capacitar o acadêmico para atuar em diversos setores. Com base nisso, foi exposto à seguinte pergunta: **Você acredita que o curso de Pedagogia lhe preparou para o trabalho que desenvolve na SEMDAS?** As respostas das entrevistadas estão descritas a seguir no quadro 3.

Quadro 3 - Existe preparação do curso de pedagogia para a atuação na SEMDAS?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>"Sim".</i>
P ₂	<i>"Sim! A pedagogia lhe prepara para você atuar em todos os seguimentos, a minha pós-graduação me fez crescer ainda mais os meus conhecimentos, hoje trabalhando na Assistência Social, aprendi ser Psicóloga, assistente social, orientador tudo isso dentro do SCFV".</i>
P ₃	<i>"Com certeza. Porque a pedagogia ela tanto veio pela parte social e da educação e são as duas partes que me identifico bastante e graças a Deus aqui estou".</i>
P ₄	<i>"Sim. Logo, que eu tive a disciplina do pedagogo em ambientes não escolar, vi que fez todo sentido no meu trabalho".</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Pode-se observar nessa análise, que o curso de pedagogia em meio as suas falhas e acertos consegue preparo o acadêmico para as outras áreas abrangentes do curso. Entretanto, é sabido que a docência na educação formal ainda é ponto principal da formação acadêmica em pedagogia. Mas, com o passar dos anos, novas leis foram decretadas e este cenário mudou e assim novas opções de atuação do pedagogo também surgiram.

As diretrizes atuais para o curso de pedagogia, já não deve abranger só a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, e sim, profissionais capacitados para desempenhar outros ofícios em diferentes locais que abranja os conhecimentos pedagógicos. Portanto, ao adentrarem no curso de pedagogia o acadêmico deve ter consciência que estudaram diversos conteúdos que irá lhe preparar para atuar na pedagogia empresarial, hospitalar, docência, gestão, supervisão e a pedagogia social que está cada vez mais ganhando destaque no meio profissional.

Tendo em vista a amplitude da formação em pedagogia, ao iniciar o processo de inserção ao mercado de trabalho, o pedagogo passará a desenvolver diversas atividades que estarão atreladas com o seu local de trabalho, sendo assim essas atribuições serão variadas e em cada função é o pedagogo almejará alcançar objetivos diferentes, porém, sabe-se, por exemplo, que o pedagogo social tende a trabalhar para a promoção, o crescimento e o desenvolvimento do sujeito.

Em busca de respostas a respeito dessa diversidade de atribuições principalmente relacionada ao mercado de trabalho do pedagogo social, perguntou-se: **Quais as principais atribuições do pedagogo social?** As respostas estão relatadas no quadro 4.

Quadro 4 - Quais as principais atribuições do pedagogo social?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“Atender grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social”.</i>
P ₂	<i>“Na assistência você se depara com muitos serviços que são ofertados, proteção social, vulnerabilidade, complexibilidade, SCFV (Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos, criança, adolescentes, idosos)”.</i>
P ₃	<i>“As contribuições e aquela que a gente tanto trabalha com a família, com a criança, o idoso e os jovens. Então abrange todo mundo e você pode está ajudando tanto as crianças como os adultos. Além de que as atribuições permitem participar com Assistentes Sociais contribuindo com a Assistência Social”.</i>
P ₄	<i>“Acompanhar as famílias; acompanhar as crianças no seu desenvolvimento escolar e dentro da assistência e fazer a proteção da assistência, fazer a proteção da criança e adolescentes, para que os seus direitos não sejam violados”.</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

De acordo com as falas das entrevistadas observa-se que as atribuições do pedagogo na Assistência social, como no caso o CRAS, são diversas e vão variando de acordo com o setor que atuam, coordena ou administra. Dentre as principais atribuições pode-se observar que atender pessoas em situações de vulnerabilidade e a que mais se destaca, justamente por ser o público principal do trabalho realizado pelo pedagogo social.

Conforme Brasil (2009, p. 05), o pedagogo social possui em seu currículo atribuições que remete ao “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos”. Baseando neste pressuposto entende-se que as atribuições do pedagogo social são várias, porém, o planejamento e a construção de projetos sociais baseados nas ideias de desenvolvimento dos CRAS, são as principais atividades desempenhadas constantemente por estes profissionais.

Sendo que é frequente atender crianças e fazer o seu acompanhamento nas escolas para ver o rendimento escolar e a frequência, para poder enviar aos técnicos que também compõem os centros.

A atribuição do papel do pedagogo está relacionada a oportunizar aos adolescentes e adultos, novas experiências, a fim de que eles possam fortalecer o vínculo familiar e comunitário, descobrir novas potencialidades, bem como fortalecer o autoconhecimento e a autoestima. Dessa maneira, o indivíduo percebe que, enquanto sujeito de direitos, pode alcançar cidadania plena mediante da participação social e comunitária ativa (SOUZA FILHO; CONTRERAS, 2011, p. 10094).

Nesse contexto, o pedagogo ainda possui outras atribuições que estão diretamente ligadas com a função desenvolvida na vida de cada pessoa assistida, pelo fato de atuar com pessoa em situações vulneráveis, cada ação ou palestra pode contribuir de maneira positiva, proporcionando aos indivíduos novas oportunidades, seguridade e formação cidadã o que reflete na aquisição de conhecimentos a respeito dos seus direitos e deveres.

Nos CRAS, existe a equipe multidisciplinar, que é a junção de vários profissionais, que contribui com os projetos e ações sociais, e todos trabalham em conjuntos com um único propósito, de ajudar essas pessoas em situações vulneráveis. Trabalhar em grupos, visitar e acompanhar famílias, desenvolver ações que vise atender as dificuldades dos bairros que os CRAS estão inseridos, ou seja, o profissional visa inserir de alguma forma a educação, em locais não escolares, mais que apresenta cunho social.

Considerando os novos locais de práticas do pedagogo é importante ressaltar a respeito das oportunidades e suas condições de trabalhos, que podem variar dependendo também da região ou cidade onde está localizado. Com base nisso, questionou-se as entrevistadas o seguinte: **O que você diria sobre suas condições de trabalho, remuneração e os recursos materiais disponibilizados para seu trabalho na SEMDAS?** Os relatos das pedagogas estão no quadro 5.

Quadro 5 - Quais as condições de trabalho, remuneração e os recursos materiais disponibilizados ao pedagogo social na SEMDAS?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“Não tenho dificuldades para desenvolver meu trabalho”.</i>
P ₂	Não informou.
P ₃	<i>“Está bom, porque aquele material pedagógico que a gente pede para trabalhar com as crianças a gente tem material. Agente também trabalha com junto com o facilitador, orientador, para ajudara as crianças”.</i>
P ₄	<i>“As condições de trabalho elas vão se adequando de acordo com cada tempo, e o recurso com relação ao meu ganho ele está de acordo com o trabalho que desenvolvo”.</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Ao analisar-se as respostas das pedagogas, pode-se perceber que ambas não encontram dificuldades em desenvolver seu trabalho, essencialmente quando se fala de materiais, pois, segundo o que citaram quando solicita algum tipo de material rapidamente conseguem. Entretanto, o que vem a contribuir com esse processo é a colaboração de outros profissionais tais como o facilitador e orientador.

Mas é sabido que em alguns locais, a dificuldade para atuar na assistência social é muito complexa e as condições são precárias, por não ter apoio do governo municipal ou estadual dependendo da sua localização. Sendo assim, nem sempre as profissionais têm materiais pedagógicos, transportes para a realização das visitas, e principalmente uma sala adequada para trabalhar e desenvolver as atividades necessárias.

Segundo Braga *et al* (2014, p. 11) “destaca-se, ainda, a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura e tecnologia para que a equipe envolvida tenha melhores condições de trabalho”. Portanto, é visível que as condições de trabalhos dos pedagogos ainda enfrentam desafios, que vai atingir o desenvolvimento dos atendimentos e os serviços sociais prestados pelas unidades do CRAS.

Desta maneira, considerando que a educação pode estar em todos os locais, somente irá variar o tipo de educação, adequando-a para cada ambiente ou regionalidade. Considerando esses aspectos sabe-se que a educação no contexto social é essencial, por exemplo, nos Centros de Referências e Assistência Social – CRAS com a aplicação de projetos sociais através de práticas pedagógicas destaca a importância deste profissional.

Compreende-se, portanto, a importância deste profissional e os desafios enfrentados tanto para conquistar o seu espaço, quanto para desenvolver suas atividades pedagógicas no seu local de trabalho.

O educador social precisa ser dedicado e comprometido com as ações desenvolvidas no CRAS/CREAS e estar preparado, não apenas, para realizar atividades socioeducativas e de convivência com qualidade, mas deve principalmente estar pronto para enfrentar novos desafios. Nesse aspecto, perguntou-se: **Quais os maiores desafios que você encontra para atuar na SEMDAS?** As respostas das pedagogas estão listadas no quadro 6.

Quadro 6 - Quais os desafios encontrados na atuação do pedagogo social na SEMDAS?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“São as visitas domiciliares que fazemos aos nossos idosos, pois encontramos a maioria deles deprimidos e sozinhos”.</i>
P ₂	Não tenho dificuldades.
P ₃	<i>“Tem várias coisas que temos que partir para fazer mesmo, não pode deixar. Mais tipo assim quando uma criança chega com algum problema temos que encaminhar para outros setores como CAPES e CREAS que nos ajudam bastante, e uma troca de ajudas”.</i>

P ₄	<i>“A participação da família ainda é um entrave, porque eles acreditam assim, por não ser uma escola e ser um serviço social então eles que tomem de conta e assume todas responsabilidades”.</i>
----------------	--

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Com base neste questionamento, as entrevistadas relataram seus principais desafios ao desenvolver suas atividades nos Centros. Um dos principais problemas ou desafios encontrados se dá na questão de observar as situações precárias de algumas pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade, como os idosos, que durante as visitas observam que a maioria dos idosos abandonados pelas famílias está em situações difíceis, em outros casos a família maltrata fisicamente, não cuidam higienicamente de seus anciãos ou deixam passar fome.

Outro desafio frequente é quanto ao atendimento às crianças, que envolvem toda uma situação que precisa ser trabalhada em equipe, que inclui pedagogo, psicólogo, pediatra, entre outros, além da participação das famílias, que por sinal, é um dos grandes entraves encontrados pelos núcleos assistenciais.

São várias crianças atendidas nos CRAS de Itaituba, com realidades diferentes e problemas que podem ser considerados graves ou não, mas com tudo isso precisa ser trabalhado a parte psicológica e emocional. Por este motivo geralmente são encaminhadas aos setores mais adequados, como citado pela entrevistada, o CAPES e o CREAS que auxilia nesse processo de atendimento as crianças.

O Educador Social precisa estar comprometido com as atividades realizadas no CRAS e estar preparado para desenvolver ações socioeducativas de qualidade, e precisa estar “pronto” para enfrentar novos desafios, conhecendo que os problemas sociais enfrentados não se resolverão rapidamente, mas sim em um trabalho constante. Por isso o pedagogo Social não pode se deixar influenciar pelas dificuldades que precisará enfrentar, e sim superá-los (CAMPOS, 2018, p. 36).

Sob esse viés, o autor esclarece que realmente as dificuldades no setor trabalhista do pedagogo social são diversas, contudo, mesmo assim este profissional deve tentar fazer o seu melhor para conseguir êxito no seu trabalho. Desse modo, a partir do momento que o pedagogo busca a assistência social como meio de atuação, o mesmo tem que estar ciente que as dificuldades e os desafios vão surgir com o dia a dia.

Primeiro, pelo fato de que o público alvo já apresenta situações vulneráveis que necessitam de toda uma cautela. Segundo é conquistar o seu espaço no meio assistencial, devido ao fato de ser capacitado para desempenhar múltiplas funções assistenciais, e, em algumas situações as equipes multidisciplinares podem criar barreiras para que o mesmo venha desempenhar suas atividades.

Assim, fica claro que muitas coisas ainda necessitam ser feitas em relação aos novos campos de atuação do pedagogo tanto na questão de reconhecimento do pedagogo social e na aplicação de suas habilidades e práticas pedagógicas.

As ações do pedagogo social dentro dos espaços sociais estão voltadas ao atendimento de grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, ociosidade e desestruturação familiar, assim sendo considerado o trabalho principal dos pedagogos na SEMDAS. Desse modo, perguntou-se as pedagogas: **O que considera necessário para melhoria de sua atuação?** As respostas estão relatadas no quadro 7.

Quadro 7 - Quais as melhorias necessárias para a atuação do pedagogo social?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“Ter uma visão crítica da realidade; conhecer as políticas públicas”.</i>
P ₂	<i>“Faz-se necessário algumas melhorias”.</i>
P ₃	<i>“A gente tem um grupo, porque o pedagogo não trabalha sozinho temos uma equipe de pedagogo, psicólogo e assistente social, então a gente se reúne para que cada um possa da sua parcela de ajuda para assim poder ajudar aquelas pessoas que estão precisando”.</i>
P ₄	<i>“Nós precisamos estar preparados com cursos, com mais leituras, conhecer o ambiente no qual a gente trabalha e fazer todo um levantamento da área de risco de onde os CRAS estão inseridos”.</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Segundo a descrição nas falas das profissionais da pedagogia social, as condições na atuação do pedagogo estão relacionadas, sobretudo na formação profissional, a qual se deve capacitar cada vez mais. Porém, como relatado, o profissional da pedagogia tem que saber se colocar como uma pessoa de visão crítica com relação às situações e problemas que surgem.

Considerando todos os aspectos, o pedagogo social tem que conhecer as particularidades, a localidade em que está inserido, conhecer principalmente as leis que regem todo o sistema da assistência social, como SUAS, políticas públicas, CRAS, CREAS, entre outros, para poder estarem capacitados para atuar com esse público.

É essencial que se tenha a consciência de que não só a atuação do pedagogo na área da Assistência Social é responsável à superação das vulnerabilidades sociais, mas que o Estado tem sua parcela de contribuição e o mesmo deve providenciar meios que forneçam possibilidades de transformação na vida dos que buscam educar-se, seja no contexto escolar ou em qualquer espaço em que ocorra o procedimento de educação (SANTOS; COSTA; NUNES, 2017, p. 74).

Baseado nesse contexto, além da colaboração do próprio profissional da pedagogia, o Estado tem que compreender que para desenvolver as ações e projetos sociais as unidades necessitam de dinheiro para a aquisição dos materiais pedagógicos, ou seja, de investimentos que podem ser oriundos do governo ou de empresas parceiras que acabam doando alguns materiais.

Se não existe parceria entre o Estado e os centros, o trabalho social não conseguirá obter êxitos, porque as pessoas assistidas buscam uma oportunidade e valorização. Portanto, o que falta no mercado de trabalho social é a valorização deste profissional tanto financeiramente quanto na questão da disponibilização de novas ferramentas para trabalhar.

Nessa perspectiva, chega-se ao ponto de verificar se o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos espaços assistenciais, realmente consegue conectar as habilidades, as técnicas, os métodos da pedagogia com aquilo que realmente é aplicado na prática real nos ambientes de educação não formal. Portanto, questionou-se: **Enquanto pedagogo social, sua prática profissional se aproxima do que você considera como a prática ideal?** As respostas estão descritas no quadro 8.

Quadro 8 - Enquanto pedagogo social, a prática profissional aproxima da prática ideal?

Pedagoga	Relato das pedagogas
P ₁	<i>“Sim”.</i>
P ₂	<i>“Sim”. Considerando que a pedagogia Social é o profissional que visa inserir práticas da educação, em um espaço não escolar, como em: projetos sociais de responsabilidade dentro do âmbito da Assistência Social.</i>
P ₃	<i>“Sim. Porque estou dentro e temos que fazer mesmo acontecer, por que aquilo que você vai fazendo você vai tendo a prática e vai aprendendo mais”.</i>
P ₄	<i>“Todos os dias a gente busca uma prática ideal, ainda não é favorável. No final do ano quando fazemos uma análise de um ano para outro a gente ver a necessidade de melhoria”.</i>

Fonte: Pedagogas da SEMDAS – Itaituba/PA (2020).

Conforme os relatos, as pedagogas sociais acreditam que no auge das suas carreiras conseguem realmente alcançarem a prática ideal. De fato, isso só é

possível através de muito esforço e dedicação a profissão, pois, para colocar na prática a teoria deve ter muita cautela e disponibilidade, porque a realidade apresenta desafios constantes.

O educador social busca em meio a seu ofício, inserir de alguma forma as práticas da educação, como ferramenta de orientar e incentivar as pessoas assistidas pelas unidades do CRAS. Vale ressaltar que o pedagogo social trabalha em prol da superação dos conflitos sociais que são apresentados, sendo respeitadas todos os tipos de vulnerabilidades e particularidades.

Nesse aspecto, pode-se perceber que a prática se torna ideal, porque é na prática do dia a dia que é consolidado os conhecimentos adquiridos teoricamente, ou seja, somente a partir do momento que o indivíduo coloca na prática suas habilidades, que irá conseguir se realmente aprendeu, destacando-se no seu ramo de trabalho.

Voltando à questão do desempenho das atividades, para alcançar a chegar na prática ideal, constantemente o profissional deve procura fazer o melhor e a cada período fazer uma avaliação das atividades desempenhadas e também fazer uma autoavaliação para ver o que precisa melhorar e os objetivos alcançados com exatidão no ofício de seu trabalho.

3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Mediante as dificuldades enfrentadas pelo profissional da pedagogia em operar em novos campos de atuação e pela falta de reconhecimento de seu trabalho nos ambientes sociais surge a necessidade de um olhar mais crítico para essa situação. Vale ressaltar a importância deste profissional para essa sociedade. Nos últimos anos observa-se as dificuldades que se apresentam na inserção deste profissional na assistência social e na busca de encontrar parcerias para desenvolver as ações sociais.

Perante essa realidade faz-se necessário a divulgação cada vez mais do pedagogo atuante na área da assistência social, incluindo o seu papel e a diferença entre pedagogo social e o assistente social. Além disso, as condições de trabalho devem ser inovadas como: salários mais adequados, mais contratação de pedagogos sociais para atuar em outras áreas da SEMDAS, parcerias com as

faculdades e escolas para que, em conjunto, desenvolvam ações sociais e projetos diversos.

Nesse contexto, vale destacar que as faculdades poderiam criar essa parceria com a SEMDAS, juntos com os cursos de estética, enfermagem, letras e pedagogia elaborando uma ação social a que viessem atender principalmente as pessoas mais necessitadas com palestras motivacionais trabalhando a parte psicológica, emocional, e a relação pessoal e interpessoal.

Entretanto, é importante acrescentar que dentro dos cursos de pedagogia, por exemplo, devem ser trabalhados com mais frequência a atuação do pedagogo na assistência social, criando a oportunidade dos acadêmicos em conhecer o espaço de atuação, de fazer visitas acadêmicas nos CRAS, CREAS, no CAPS, nos abrigos para ter uma visão mais aberta sobre este profissional, principalmente o estudante de pedagogia, para que o mesmo venha compreender que a pedagogia abre portas para atuar em diversos outros locais.

Esta proposta de intervenção visa trabalhar o acadêmico dentro do contexto social, fazendo com que este aluno tenha o contato com as principais ações desenvolvidas pelo pedagogo social, incentivando a atuar futuramente neste ambiente, mas, acima de tudo é fazer de alguma forma com que esses acadêmicos possam se interessar em elaborar projetos para os grupos assistidos pelos núcleos sociais, como por exemplo, os idosos e as crianças que são assistidas pelo CRAS, além das famílias que se deparam em situações de vulnerabilidade. Cria-se assim, um elo entre os acadêmicos e a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMDAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo conhecer os limites e as possibilidades de atuação do pedagogo social, dentro das secretarias de assistências sociais, levando em consideração que o pedagogo a cada dia veio conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, sendo possível somente através de muitas lutas em prol de conquistar os seus direitos e o espaço dentro da educação não formal. Mas, ainda é pouco os estudos aprofundados a respeito do perfil, das características, dos desafios, das possibilidades do profissional atuante na pedagogia social.

A princípio, por longos anos, o pedagogo ficou submetido somente à docência, sem poder atuar em outras áreas que não fosse à educação formal. Mas, com o decorrer dos anos essa situação foi modificando e os novos campos de atuação surgiram. Nesse contexto, a Educação não formal passou a ser um campo de destaque de atuação para o pedagogo.

Verificou-se que a educação não está restrita somente ao espaço escolar, ela está aberta a todos os ambientes que desenvolve alguma prática educacional, considerando que onde há necessidade de práticas pedagógicas a atuação do pedagogo é considerada essencial.

Este estudo abordou também a respeito dos tipos de educação existentes, nas modalidades Formal, Informal e Não formal são vistas como uma maneira de ensinar ou transmitir conhecimento de maneiras diferentes. A educação formal está baseada no espaço escolar, professor-aluno, e a educação informal é a educação prática no meio familiar e no cotidiano das relações. E por fim, a educação não formal que abrange todos os contextos sociais que vai além dos muros escolares, que pode ser encontrada na rua, na igreja, nas ong's, hospitais, e nos centros de assistência social.

Em relação à inserção da pedagogia social como um meio de atuação do pedagogo pode-se dizer que aconteceu de forma evolutiva e cada dia ganhou destaque, e para isso acontecer às promulgações de leis foram fundamentais para que a assistência social chegasse ao patamar de política de direito, se tornando um ambiente de trabalho para o pedagogo.

Com base nas análises da pesquisa de campo, concluiu-se que, o pedagogo social se empenha em está preparado para atuar nos espaços sociais. Dentro dessa realidade acredita-se que o curso de pedagogia consegue suprir as necessidades

básicas para a capacitação na atuação nos espaços sociais, porém, a formação complementar é vista como uma forma essencial de aprimorar os conhecimentos, sendo que os demais conhecimentos são adquiridos com a prática.

Cabe ressaltar, que as atividades desempenhadas por este profissional são várias, dentre as principais atividades executadas pode-se destacar o acompanhamento familiar, das crianças nas instituições de ensino, o acompanhamento de idosos que vivem em situação de vulnerabilidade, a organização e planejamento de ações e projetos sociais, a proteção básica e a atuação no Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos.

Observou-se também durante esta pesquisa que os pedagogos sociais enfrentam diversos desafios ao executarem suas atividades, que estão voltados principalmente para a questão das situações de vulnerabilidade, de conseguir ajudar as crianças que apresenta algum problema, necessitando trabalhar em parceria com as demais unidades assistenciais existentes nas SEMDAS. Nesse processo de desafios enfrentados pelos profissionais atuantes nos Centros de Referências de Itaituba notou-se que são poucos os desafios o que não chega atingir a qualidade do serviço prestado à comunidade.

REFERÊNCIAS

AFRORREGAE, Grupo Cultural. **Relatório de atividades**. Rio de Janeiro; São Paulo; Cabo Verde (África). Editora AfroReggae. 2013. Disp. em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/relatorio-geral-de-atividades.pdf>. Acessado em: 20.01.2020

AQUINO, S. Lourenço de; SARAIVA, Ana C. L. Chequer. **O pedagogo e seus espaços de atuação nas Representações Sociais de egressos do Curso de Pedagogia**. Viçosa/MG. p. 246-248, jul./dez.2011.

ARANTES, Valéria Amorim (Org). Educação Formal e Não Formal. **A Educação Não Formal**. In: Trilla, J.; Ghanem, E. Summus Editorial; Edição: 1ª. 1 de janeiro de 2008.

BARBOSA, Amanda Cardoso. **Reflexões sobre a Política de Assistência Social Brasileira: Assistencialismo, Política Social e Cidadania**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Tendências e Desafios. CRESS/MG. Belo Horizonte, 2016. Disp. em: <https://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/c3/.pdf>. Acesso em 08.01.2020.

BARROS. V. Cardoso de; SANTOS. Isabela M. dos. **Além dos muros da escola: A educação não formal como espaço de atuação da prática do pedagogo**. V EPEAL. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, Ética e Responsabilidade Social. 2010.

BICCA, Carolina Scherer. A assistência social após a constituição federal de 1988. Uma nova fase. Mestrado Constituição e Sociedade IDP. **Caderno Virtual** Nº 24, v. 1 – jul-dez/2011. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/download/588/420>. Acesso em: 10.01.2020

BIESDORF, Rosane Kloh. O Papel da Educação Formal e Informal: Educação na Escola e na Sociedade. Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do Campo Jataí-UFG. **Intinerarius Reflectionis**. Vol.1. N. 10, 2011.

BRAGA, Priscila do N; SOUZA, Andréia V.; SILVA, Ana C. do Vale; SILVA, Rosilene F. Gonçalves. A Atuação do Pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). **Revista Realize**. Pará, 25 de maio de 2014. Disp. em: <http://editora.realize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Modalidad.pdf>. Acesso em: 20.02.2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Diário Oficial da União, 08 de outubro de 1988. Disp. em: <http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>. Acesso em 08.01.2020.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, 07 jul. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Diana%20de%20Almeida/pdf>. Acesso em: 12.01.2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CNAS. Diário Oficial da União, **Resolução N.º 145, de 15 de outubro de 2006**. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.496p. Disp. em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08.01.2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**. 2. ed. Brasília Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 58p, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CNAS. **Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 26 out. 2004.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.1. ed. Brasília: 2009. 72p.

BRASIL. CNAS. **Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 21 de Junho de 2011. Disp. em: <https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011.pdf>. Acessado em: 10.01.2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, DE 15 de Maio de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 15 de maio de 2015. Disp. em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 21.09.2019.

BUENO, Almerinda M. de Oliveira; PEREIRA, Elis K. Rodrigues O. **Educação, escola e didática: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano – UEL**. II Jornada de Didática e I Seminário de Pesquisa no CEMAD. 11 12 e 13 de setembro de 2013. Disp. em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/II.pdf>. Acesso em: 21.09.2019.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social**. In: SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente de Souza; MOURA, Rogério(orgs.). Editora: Imaginário. Edição: 1ª. 2009.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de ciências da educação**. UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - p. 341-368. Semestre/2010.

CAMPOS, Tayane Ferreira do Amaral. **PEDAGOGIA SOCIAL: Desafios e possibilidades do pedagogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Ipixuna do Pará**. fls 65. Trabalho de conclusão de Curso

(Graduação). Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, Mãe do Rio, 2018.

CARMO, Amanda A. Araújo do; FARIA, Arlete V. de. A Educação não-formal como estratégia de ensino de Educação Ambiental para alunos com deficiência intelectual: Uma proposta inclusiva. **Revista Educação Ambiental em Ação**. 2017. Disp. em: <http://www.revistaeea.org/pf.php?idartigo=2973>. Acesso em: 21.09.2019.

CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. **O Pedagogo na Assistência Social**. Fortaleza: EDUECE, 122p.

CEZAR, A. S. dos Santos; BIACHINI, Eloâne; PIASSA, Z. A. Claro. **A atuação do pedagogo em espaço não – escolares**. 1º Simpósio Nacional de Educação. XX Semana de Pedagogia. Cascavel/PR 11, 12 e 13 de Novembro de 2008.

COFFERRI, F. Fátima; NOGARO, Arnaldo. Competências do Pedagogo como Educador Social - Promovendo o Desenvolvimento Psicossocial do ser Humano. **Revista Perspectiva**, Erechim - RS. v.34, n.128, p. 7-21, dezembro/2010.

CREMA, Cassiana Kemerich; ALVES, Francielle; TEIXEIRA, Lisiane Pereira. **O pedagogo e as relações humanas nas organizações**. RS: Centro Universitário Franciscano, 2002. Disp. em: <http://unifra.br/eventos/jornadaeducacao/pedagogia.htm>. Acesso em 17.07.2019.

DECHANDT, Simone Terezinha; MARTINIAK, Vera Lucia. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE Produções Didático – Pedagógicas**. Vol. II. Ponta Grossa, 2013. Disp. em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pdt.pdf. Acesso em: 15.10.2019.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. **Educação em Paulo Freire como Processo de Humanização**. XII Congresso Nacional de Educação. PUC/PR. 26 a 29 de Outubro de 2015.

EPIFANIO, Alex. **A Assistência Social no Brasil à Luz da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Trabalho de conclusão de curso – artigo científico. Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda/RJ. 03 de Abril de 2017. Disp.: <http://www.saude.am.gov.br/planeja/doc/constituicaofederalde88.pdf>. Acesso em: 10.01.2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. 2012. Disp. em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 15.10.2019

GARÉ, R. M. Rodrigues. **Educação Formal X Educação Não Formal: Diferentes Práticas de Ensino e a Construção de Identidades Surdas**. 218p. – Itatiba, 2014.

GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume. Educação Formal e Não Formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org). **A Educação Não Formal**. Summus Editorial; Edição: 1ª. 1 de janeiro de 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan/mar. 2006.

GOMES, Alessandra de Fátima Borges. **A pedagogia social na educação infantil: possibilidades de trabalho com a comunidade**. Paraná, 2009. Disp. em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/apedsocedinf.doc. Acesso em: 15.10.2019.

GOMES, Marineide Pereira; SILVA, Yanatasha F. Ferreira da; SILVA, A. G. Ferreira da. **Educação não-formal: diálogos com a educação popular em freire – o caso do grupo de leigos católicos igreja nova**. 2011. Disp. em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream.pdf>. Acesso em: 28.10.2019

INSTITUTO, Casa Viva: Promovendo Dignidade. **A história do Instituto Casa Viva**. Sulacap – Rio de Janeiro, 2009. Disp. em: <http://institutocasaviva.org.br/historia>. Acessado em: 20.01.2020

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: Diálogos e Fronteiras com a Educação Não-Formal e Educação Sócio Comunitária. **Revista de Ciências da Educação** - UNISAL. Americana/SP, Ano X, n.º 18, p. 99-122, 1º Semestre/2008.

MACHADO, Evelcy Monteiro. **Pedagogia Social no Brasil: Políticas, Teorias e Práticas em Construção**. IX Congresso Nacional de educação – EDUCERE. 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR. Disp. em: https://www.valecursos.com.br/2016/wp-content/uploads/2014/09/artigo_-Pedagogia_Social1-Evelcy.pdf. Acesso em: 15.10.2019.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Educação Social e relações com especificidades socioeducativas. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.

MARTINS, E. Candeias. **A Pedagogia social/ Educação social nos meandros da comunidade e da escola**. educare educere. Ano XV – nº 1 - II Série – 2013. Disp. em: https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2654/1/Educare%20educere_Ernesto_Martins.pdf. Acesso em: 15.10.2019

MENDEZ, Silmara Yurksaityte. **Centro-pop: a implantação nos municípios: caso de Sorocaba (SP)**. 2013. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Ufprn, Curitiba, 2013. Disp. em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/centro-pop-implantacao-nos-municipios-caso-sorocaba-sp.htm>. Acesso em: 10.02.2020.

MOURA, Eliana; ZUCHETTI, D. Tereza. **Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social**. Educ. Unisinos. RS,10(3):228-236, set/dez. 2006.

ORZECOWSKI, Suzete Terezinha. **O espaço não escolar: profissionalização e a formação do pedagogo**. III Simpósio Internacional VI Fórum Nacional –

Educação. Políticas públicas, gestão da Educação, Formação e Atuação do Educador. Rio Grande Do Sul, 2008.

ORZECOWSKI, Suzete Terezinha; GAMA BARBOSA, Maria Tereza. **A formação do Pedagogo para Ambientes não - escolares: uma perspectiva em construção** no Brasil sobre a Pedagogia social e consolidação em Portugal para animadores socioculturais. X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE. Curitiba. Nov.2011.

PASSOS, J. Marques; COUTO, N. Soares. Pedagogia Social: Breve Revisão de Literatura Social Pedagogy. **Revista de Pedagogia Social – UFF**. 2016. Disp. em: file:///C:/Users/Diana%20de%20Almeida/Downloads/55-1-188-1-10-20170701%20(2).pdf. Acesso em 28.10.2019.

PINTO, Elismária Catarina Barros. **“Pedagoga na assistência social?”: um relato de experiência sob a perspectiva da educação popular**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ Curitiba. 23 a 26 de Setembro de 2013. Disp. em <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2017/09/pedagoga-na-assistc3aancia-social.pdf>. Acessado em: 10.01.2020.

RICARDO, R. Cristóvão. **A(s) Realidade(s) do Educador Social no Algarve**. Faro, 2013. Disp. em: https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3363/1/_RuteR.pdf. Acesso em: 28.10.2019.

SANTANA, Eline. P. de; SILVA, Jéssica. A. dos S. da; SILVA, Valdianara S. da. **Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/Maranhão. 20 a 23 de agosto de 2013. Disp. em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8.pdf>. Acesso em: 08.01.2020.

SANTOS, Joana Darc Cardoso dos; COSTA, Artemízia Ribeiro Lima; NUNES, Albano Oliveira. O pedagogo no âmbito da assistência social. **Educação & Linguagem** · Ano 4 · nº 2 · Dez. p. 60-76. 2017.

SANTOS, Vanessa R. dos; LEIRO, Augusto C. Rios. A Pedagogia Social na formação e práxis de educadores: vozes do contexto socioeducativo. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 3, nº 6, 2015.

SANTOS, Willian Lima; MENEZES, Eliana de Jesus. PEDAGOGIA SOCIAL: nova perspectiva de estudo aplicada a realidade do município de Coronel João Sá-BA. **Revista Científica da FASETE**. 2017.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: Trajetória Longa e Inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.

SILVA, Inayá Bittencourt. **Reflexões de uma Trajetória em Educação**. 1ª Ed. p.192 – Araraquara – São Paulo. Junqueira & Marin, 2014. Disp. em: <https://books.google.com.br/books>. Acesso em: 20.02.2020

SILVA, Fernanda Cristina da. **Assistência social e Cultura Política: o processo de uma política em construção**. 126 f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora/ MG, 2012. Disp. em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ASSIST%C3%80NCIA%20SOCIAL%.pdf>. Acesso em: 08.01.2020.

SOUSA, M. M. Figueiredo de; NUNES, Ana B. L. Monteiro; SOUSA, M. Figueiredo de; SOUSA, M. Figueiredo de; ALVES, C. C. Renan. **A Assistência Social Como Política Pública De Direito: avanços e desafios na efetivação dos direitos sociais**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/ Maranhão. 20 a 23 de agosto de 2013. Disp. em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8.pdf>. Acesso em: 08.01.2020.

SOUSA, Laura A. P. de; SILVA, Antoneide S. Almeida. O lugar da Pedagogia Social no Curso de Pedagogia do DCH III: em foco o olhar discente. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 30, p.219-242 jan./abr. 2017.

SOUZA FILHO, Valderes; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **A atuação do pedagogo no terceiro setor: desafios na formação**. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário de Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE. Paraná/Curitiba. 7 a 10 de Novembro de 2011.

TAVARES, Keyla Cardoso; MOURA, Késsia Mileny de Paulo. Outros espaços, Novos Saberes: a atuação do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social – CRAS. InterEspaço. **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA v. 2, n. 6 p. 344-366 maio/ago. 2016.

TEIXEIRA, Paula Ercília Maria Angeli. **Educação Popular, Educação não formal e Pedagogia: Análise de Conceitos e Implicações para Educação Brasileira e Formação de Professores**. IX Congresso Internacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUC/PR. 26 a 29 de Outubro de 2009.

TORQUATO, R. Andrade; COSTA, M. G. Rodrigues; OLIVEIRA, R. Dias de; GARCEZ, R. M. Walczak. **Pedagogia Social – O Pedagogo em atividades Socioeducativas**. XII Congresso Nacional de Educação. EDUCERE. PUC/PR.2015 Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/198999696.pdf>. Acesso em: 28.10.2019.

APÊNDICE A –
ENTREVISTA DE PESQUISA COM PEDAGOGOS DA SEMDAS

Você está sendo convidado a participar do estudo para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - **LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA.** O objetivo dessa pesquisa é *compreender o papel desempenhado pelo pedagogo no espaço social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SEMDAS) de Itaituba-PA, identificando desafios e possibilidades da Pedagogia Social no âmbito desse órgão público.*

Eu, **Diana de Almeida Oliveira**, acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba, estado do Pará, estou realizando a pesquisa sobre “**LIMITES E POSSIBILIDADES DA PEDAGOGIA SOCIAL: Um estudo aplicado à realidade da SEMDAS, município de Itaituba-PA**”, para conclusão do Curso de Pedagogia em 2020.1. Agradeço desde já a sua ajuda e colaboração com o estudo.

IDENTIFICAÇÃO:

a) Possui Pós-Graduação? Qual?

b) Há **quanto tempo** você trabalha na SEMDAS? _____ anos.

c) Quais as **atividades** mais desenvolvidas por você nesta instituição?

QUESTÕES DA PRÁTICA:

1. Por que você escolheu essa profissão de Pedagogo?

2. Você acredita que o curso de Pedagogia lhe preparou para o trabalho que desenvolve na SEMDAS?

3. Na SEMDAS, o pedagogo social deve trabalhar para promoção, crescimento e o desenvolvimento dos sujeitos. Desse modo, pergunta-se: **Quais as principais atribuições do pedagogo social?**

4. O que você diria sobre suas **condições de trabalho, remuneração e os recursos materiais** disponibilizados para seu trabalho na SEMDAS?

5. O educador social precisa ser dedicado e comprometido com as ações desenvolvidas no CRAS/CRES e estar preparado, não apenas, para realizar atividades socioeducativas e de convivência com qualidade, mas deve principalmente estar pronto para enfrentar novos desafios. Nesse aspecto, pergunta-se: **Quais os maiores desafios que você encontra para atuar na SEMDAS?**

6. Atender grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, ociosidade e desestruturação familiar, é o trabalho principal dos pedagogos na SEMDAS. Desse modo, **o que considera necessário para melhoria de sua atuação?**

7. Enquanto pedagogo social, sua prática profissional se aproxima do que você considera como a prática ideal?

APÊNDICE B – REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA PESQUISA



CRAS I – Placa de identificação



CRAS I – Rampa de Acessibilidade



CRAS I – Núcleo SCFV dos idosos



CRAS I – Refeitório



CRAS I – Barracão de eventos



CRAS I – Forró dos idosos



CRAS I – Ginástica com os idosos



CRAS I – Grupo de Carimbó



Núcleo SCFV anexo CRAS II – Frente .



Núcleo SCFV anexo CRAS II – área externa.



Núcleo SCFV anexo CRAS II – sala da pedagoga



Núcleo SCFV anexo CRAS II – Recepção



Núcleo SCFV anexo CRAS II – sala de atividade



Ação social nas comunidades.